

INFORME SOBRE O RELATÓRIO DA
COMISSÃO DA VERDADE
MARCOS LINDENBERG
DA UNIFESP



INFORME SOBRE O RELATÓRIO DA
COMISSÃO DA VERDADE
MARCOS LINDENBERG
DA UNIFESP

“O DIABO NÃO HÁ! É O QUE DIGO, SE FOR...
EXISTE É HOMEM HUMANO. TRAVESSIA.”

João Guimarães Rosa,
Grande sertão: veredas

A TODOS OS QUE RESISTIRAM,
E ÀQUELES QUE NÃO PUDEMOS OUVIR.

Comissionados (em ordem alfabética, estão listados todos que, em algum momento, contribuíram com os trabalhos da CVML/Unifesp):

ALICE TEIXEIRA FERREIRA
ANA NEMI
BIANCA LETÍCIA DE ALMEIDA
BRUNO KONDER COMPARATO
CARLOS EDUARDO MALAGUTTI CAMACHO
DANIEL CAMPOS DE CARVALHO
DANIEL RODRIGUES DE ASSIS MARTINS
ELAINE MUNIZ PIRES
ELISALDO LUIZ ARAUJO CARLINI
ELSON LIMA
ELSON LUIZ MATTOS TAVARES DA SILVA
EMERSON DA SILVA SOUSA
FREDERICO DE OLIVEIRA FOINI
GABRIEL MANTOVANI C. TORO
GILBERTO NATALINI
GUIOMAR SILVA LOPES
HELENA TACOLA RAMALHO
HELOÍSA CATANI MARIANI PAVONI MATIAS
JAVIER AMADEO
LUCAS CARLINI TIRELLI
MAYARA DE LARA TEIXEIRA DE SOUZA
NATÁLIA MARINO MARQUES
NICANOR R. SILVA PINTO
PATRÍCIA HELENA GOMES DA SILVA
PAULO DE TARSO PEREZ
RENATA CRISTINA GONÇALVES SANTOS
RODRIGO MEDINA ZAGNI
SHEILA MARQUES FEITOSA
THOMAZ BARBEIRO GONÇALVES
VINICIUS FAUSTINO FERREIRA DA SILVA

Com um forte agradecimento para as duas secretárias que tivemos:

ANDREIA REIS PEREIRA MELETI
VALÉRIA ROCHA MOTA

E também:

FABIANE CLÁUDIA DA SILVA
FLÁVIA PATRÍCIA PINTO
LOURDES MELO

E ao Departamento de Comunicação Institucional (DCI/Unifesp) com a colaboração de:

ÂNGELA CARDOSO BRAGA
CELINA MARIA BRUNIERI
FELIPE COSTA
REINALDO GIMENEZ

SUMÁRIO

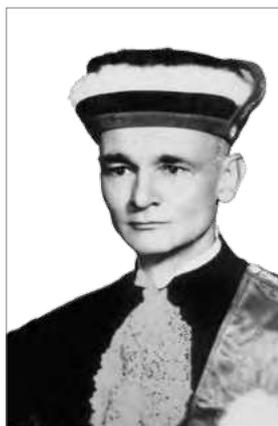
APRESENTAÇÃO	3
CAPÍTULO 1	7
À GUISA DE ABERTURA: ENTRE A HISTÓRIA, A MEMÓRIA, O TEMPO E A VERDADE	7
Ana Nemi	
CAPÍTULO 2	19
1972: ESTUDANTES NO OLHO DO FURACÃO	19
Daniel Rodrigues de Assis Martins Heloísa Catani Mariani Pavoni Matias Patrícia Helena Gomes da Silva Sheila Marques Feitosa	
CAPÍTULO 3	37
BIOGRAFIAS	37
1. Cássia Maria Luperni	37
Heloísa Catani Mariani Pavoni Matias	
2. Luiz Carlos Aiex Alves	40
Frederico de Oliveira Foini	
CAPÍTULO 4	47
DEPOIMENTO: NESTOR SCHOR	47
CAPÍTULO 5	53
REFLEXÕES	53
1. AQUI ESTÁ PRESENTE O MOVIMENTO ESTUDANTIL	53
Vinícius Faustino Ferreira da Silva	
2. 30 ANOS DE LUTA: A TRAJETÓRIA DO CASO BRASILEIRO POR “MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA”	60
Carlos Eduardo Malagutti Camacho e Elson Luiz Tavares Mattos da Silva	

CAPÍTULO 6 73

**SUMÁRIO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DA
VERDADE MARCOS LINDENBERG DA UNIFESP 73**



APRESENTAÇÃO



Marcos Lindenberg (acervo Cehfi)

Reitor da UFSP de 1962 a 1964, deposto pela ditadura militar. Professor emérito da Unifesp (título outorgado pelo Conselho Universitário em sessão de 8 de abril de 2014)

APRESENTAÇÃO

O relatório final produzido pela Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML/Unifesp), além de uma abertura e considerações finais, foi dividido em quatro partes e uma lista de anexos.

A primeira parte, intitulada Alinhavando os Estratos do Tempo: Experiência da Escola Paulista de Medicina diante da Ditadura Militar, divide-se em quatro capítulos cronologicamente construídos. No primeiro, Os Anos de 1960, a Medicina, o Hospital e a Escola, apresentamos as lutas e debates que antecederam ao golpe militar, assim como os grupos políticos que então nela atuavam e suas percepções acerca do golpe; no segundo capítulo, Os Dias e as Sombras, mergulhamos no processo de resistência e perseguições na escola, assim como narramos as lutas da comunidade em meio ao endurecimento e fortalecimento da ditadura; no terceiro capítulo, 1972: Estudantes no Olho do Furacão, destacamos a experiência de 11 alunos presos no mesmo conjunto de eventos por meio dos quais a repressão esperava eliminar o Movimento de Libertação Popular (Molipo); por fim, no quarto capítulo, De Volta às Ruas, à Política e às Artes, narramos o envolvimento da comunidade no processo de abertura. A segunda parte do relatório final, intitulada Biografias, é composta por 25 biografias escritas pelos comissionados sobre as vidas dos membros da comunidade que sofreram violações de direitos humanos no período, afastamentos forçados, prisões, tortura, etc. A terceira parte, intitulada Reflexões, reúne um conjunto de artigos escritos por professores, escritores, ativistas, ex-alunos da Unifesp e membros da comunidade que participaram dos seminários e audiências que promovemos ao longo desses três anos de trabalho. Consideramos que nossas atividades puderam acolher reflexões e propostas, ao mesmo tempo em que pudemos divulgar nossa pesquisa e nossas ações. Tais reflexões são, desta forma, parte fundamental deste relatório, posto que ampliam seus conteúdos, interpretações e significados. A quarta parte, embora menor, é de enorme relevância, trata-se das Recomendações à Comunidade. Nela destacamos a importância de construir um memorial que possa homenagear a luta pela democracia e manter os esforços da universidade em favor do respeito às políticas de direitos humanos.

Para este informe no Consu, selecionamos algumas partes do relatório completo, para que a comunidade tome contato com o trabalho realizado. A necessidade de escolher algumas partes justificou-se pelo tempo necessário para revisão de todo o texto pelo DCI/Unifesp. Consideramos importante apresentar resultados ao final dos três anos de trabalho em audiência no conselho e a revisão do texto integralizado ainda demorará até o próximo ano. O relatório na íntegra, conforme o sumário disponível no final desse informe, está sendo preparado para publicação em livro e esperamos que esteja pronto no próximo ano para que toda a comunidade possa ler e sentir-se incentivada a desenvolver outras pesquisas e outros olhares a partir do que oferecemos, o que, por sua vez, ainda sugere muitos caminhos e trajetórias a serem cumpridas.

Dessa forma, reproduzimos aqui a abertura, À Guisa de Abertura: Entre a História, a Memória e a Verdade, o terceiro capítulo da segunda parte, 1972: Estudantes no Olho do Furacão, duas das 25 biografias escritas, a da técnica de enfermagem no Hospital São Paulo Cássia Maria Luperni Horta e a do estudante Luiz Carlos Aiex Alves, preso pelo Dops em sala de aula em 1970, um dos mais de 50 depoimentos recolhidos, do ex-aluno e hoje professor Nestor Schor, como exemplo e escolhido por sorteio, e duas das reflexões que compõem a terceira parte, notadamente Aqui Está Presente o Movimento Estudantil e Sobre o Papel das Comissões da Verdade no Tempo Presente.

Por último, gostaríamos de deixar registrado junto a este egrégio conselho todos os esforços que faremos para publicar o material completo. Parte dos resultados pode ser consultada no site da CVML/Unifesp, onde publicamos a documentação relativa aos membros da comunidade que

sofreram violação de direitos humanos. Toda a pesquisa, especialmente o conjunto documental levantado, ficará disponível no Repositório Institucional da Unifesp que vem sendo construído pela Coordenadoria da Rede de Bibliotecas da Unifesp. Esperamos que o repositório possa se tornar uma plataforma de informações que incentive a realização de futuras pesquisas sobre o assunto.



CAPÍTULO 1

À GUIA DE ABERTURA: ENTRE A HISTÓRIA, A MEMÓRIA, O TEMPO E A VERDADE



Inauguração do Instituto de Biologia da UFSP em 1963 (acervo Cehfi)

CAPÍTULO I

À GUIA DE ABERTURA: ENTRE A HISTÓRIA, A MEMÓRIA, O TEMPO E A VERDADE

Ana Nemi

“Invejo é a instrução que o senhor tem. Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder.”

João Guimarães Rosa,
Grande sertão: veredas

Em seu depoimento à CVML/Unifesp, o Dr. José Telles Claro¹, detido na Operação Bandeirantes (Oban) junto com outros dez colegas do segundo ano do curso de Medicina da Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1972², relatou os sustos e as agruras dos dias que antecederam à detenção, dos de permanência na prisão e dos posteriores. Na sua primeira memória, a prisão dos estudantes teria sido em 1973 e eles estariam no quarto ano do curso de Medicina. Quando lhe foi, no entanto, mostrada a documentação produzida pela repressão, assim como os relatos dos

outros colegas com os quais a CVML/Unifesp pudera conversar até então, a data era outra. Pensou, remexeu um pouco mais nas suas lembranças e percebeu o equívoco. Para seus entrevistadores, porém, não era certo que a data apresentada inicialmente pelo depoente estivesse incorreta. Havíamos já constatado um enorme conjunto de erros de anotação de nomes, datas e filiações pela repressão, às vezes fruto de idiotias comuns a regimes autoritários, mas, muitas outras vezes, resultado de evidente intenção de esconder prisões arbitrárias, evitar registros que comprometessem as chamadas “investigações” que, por certo, não se pretendia divulgar ou documentar. O próprio Telles e sua então namorada, Inês Miney³, também aluna da mesma turma na EPM, haviam já sido presos, sem qualquer registro ou comunicado à família, alguns meses antes. Também Paulo José de Brito Castro, chamado de JB pelos colegas, em 1970

O Estado de São Paulo noticia a prisão de centenas de pessoas em São Paulo (acervo Apesp)



¹ José Telles CLARO, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 23 de setembro de 2015.

² Pasta OP 1249 ME EPM, APESP.

³ Inês MINEY, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 de julho de 2015.

fora retirado de sua república, localizada à época onde hoje se encontra o edifício do GRAACC, e levado para uma escola de sargentos que então se localizava próximo ao DOPS⁴.

O então aluno havia entrado na escola em 1966 e era considerado perigoso; a ditadura resolveu se precaver diante da possibilidade de uma grande manifestação relativa ao primeiro ano da morte de Carlos Marighella. Não há qualquer registro desta prisão, mas a pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Aesp) permitiu encontrar a notícia das prisões relatadas por JB no jornal *O Estado de São Paulo*⁵, embora a documentação oficial talvez faça parte dos documentos ainda não publicitados pela ditadura.

A experiência de uma comissão da verdade (CV), em meio a ações políticas, arquivos e depoimentos, sugere fortemente a construção de diálogos com os depoimentos, especialmente com as opacidades, as possibilidades, dúvidas e sombras que produz. Há, também, que desconfiar da documentação, e não apenas porque foi produzida pelo aparato de “inteligência” e repressão do regime, mas porque documentos de qualquer natureza guardam caminhos e meandros que só o diálogo com outras fontes permite deslindar. O conjunto de fontes trabalhadas por esta comissão incluiu a documentação produzida pelos órgãos do regime⁶, periódicos de circulação interna à EPM⁷ e de circulação nacional⁸, atas de reuniões da Congregação da EPM⁹, atas de reunião do Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB)¹⁰, atas de reuniões da União Nacional de Estudantes de Medicina (Unem)¹¹, e por último, mas seguramente não menos importante, há um conjunto de documentos que foram sendo trazidos pelos membros da comunidade, e aqui se destacam fotografias, textos memorialistas, periódicos guardados, ofícios, cartas e muitos outros que serão apresentados ao longo do relatório final. O acolhimento da comunidade epemista foi aqui fundamental, a comissão recebeu, também, preciosas informações não documentadas que permitiram aprofundar as tintas dos diálogos possíveis que fomos perscrutando e elaborando entre depoentes, documentos, memórias e silêncios. “Decifrar as coisas que são importantes”, desejo profundo de Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa, em meio a um conjunto complexo de fontes históricas, foi a inspiração e o desafio para a trilha que foi construída ao longo desses três anos de pesquisa, seminários, ações públicas e políticas empreendidas pela CVML/Unifesp.

Mas o desafio que a trilha sugeria implicava o tempo vivido pelos comissionados: a circunstância de herdeiros do tempo da ditadura parecia cobrar lugar em nossas atividades de maneiras as mais distintas. Como professores, alunos ou técnicos da Unifesp, com faixas etárias e vivên-

⁴ Paulo José de Brito CASTRO, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 11 de junho de 2014.

⁵ *O Estado de São Paulo*. 4 de novembro de 1970. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁶ A documentação produzida pelos órgãos de repressão foi estudada no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. No caso deste último, com o apoio da Comissão Nacional da Verdade, foi possível gravar toda documentação envolvendo a comunidade epemista e trazer para leitura e estudo na Unifesp, além de, conforme já dito, ser possível guardar no Repositório Institucional que está sendo construído.

⁷ Os periódicos produzidos na Unifesp foram estudados no Arquivo do CEHFI/Unifesp.

⁸ Os periódicos de circulação nacional foram estudados no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁹ As Atas das reuniões da Congregação estão guardadas no arquivo da Reitoria/Unifesp.

¹⁰ As Atas das reuniões do CAPB foram guardadas, em parte no próprio CAPB e já haviam sido digitalizadas por Evandro Braga, sob orientação de Luigi Biondi, quando de sua pesquisa em Iniciação Científica na EFLCH/Unifesp.

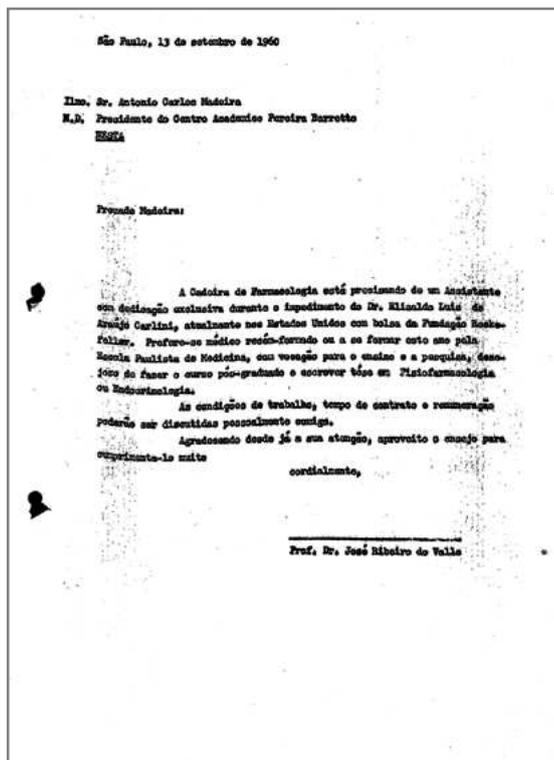
¹¹ As Atas da UNEM foram também estudadas pelo historiador Evandro Braga, quando ainda graduando do curso de História da EFLCH/Unifesp e sob orientação do professor Luigi Biondi. Convidado a incorporar esta pesquisa aos trabalhos da CVML, aprofundou os estudos até os primeiros Encontros Científicos de Estudantes de Medicina e suas relações com o movimento estudantil da EPM e produziu um dos capítulos que compõem a terceira parte deste relatório, *Reflexões...*

cias diversas, todos guardávamos alguma impressão de que teríamos que enfrentar a incômoda certeza de que, ao “dar corpo ao suceder”, alinhavando documentação e experiências, sejam aquelas vividas durante a ditadura ou aquelas do tempo vivido pelos comissionados, teríamos que responder sobre as dimensões da experiência da ditadura ainda concernentes ao tempo presente. Além disso, aqui as temporalidades se sobrepunham e maliciosamente se enfrentavam, como que a nos desafiar. Naqueles anos de 1960 havia muitas certezas e projetos, muitos medos e coragens indizíveis, empurrando a todos “para fazer muitos atos”. Senão, vejamos alguns, apenas à guisa de abertura.

Antônio Carlos Madeira, formado na EPM em 1961, à época participava dos debates de uma célula do Partido Comunista que havia na escola. Quando sobreveio o golpe, já médico formado, juntou-se aos comunistas que consideraram a urgência de combater o regime pela força das armas e ajudou a organizar uma dissidência em São Paulo que, em 1968, fundaria a Aliança Libertadora Nacional (ALN), na qual formou parte no grupo de apoio como médico. Desse grupo de apoio à ALN também fez parte o professor Benedicto Arthur Sampaio (1925-2009)¹², que seria afastado da escola com o golpe e enfrentaria prisão e exílio.

Guiomar Silva Lopes traçou caminho parecido ao de Madeira e Sampaio¹³, mas era ainda estudante de Medicina na Santa Casa de Misericórdia quando optou pela luta armada contra

o regime junto à ALN. Hoje, pesquisadora da Unifesp, relatou o momento em que se jogou da janela do hospital para onde havia sido levada de maneira que seus algozes evitassem apenas que ela morresse e que pudesse continuar sofrendo sevícias para fornecer “informações”. Preferiu a porta que se abriu com a janela, mas que se fechou nos poucos metros que a separavam de uma possível laje... Ossos quebrados, Hospital das Clínicas, Hospital Militar, retorno para a Oban, hospital de novo, Dops, Presídio Tiradentes, penitenciária feminina, novos códigos, novas condutas. Em meados dos anos de 1970 retornou às ruas. Queria terminar sua graduação e retomou os estudos após o julgamento e a prisão, mas as marcas que trazia e que levaria consigo não eram apenas físicas; relatou a perseguição que sofria de alguns professores e, por isso, foi impedida de desenvolver pesquisa nesta instituição. E tudo isso na mesma Santa Casa na qual se organizara,



Ofício do professor José Ribeiro do Valle dirigido ao então presidente do CAPB, Antônio Carlos Madeira (acervo Cehfi)

também, um pronto atendimento para os resistentes que, na luta cotidiana contra a ditadura, precisassem de socorro médico. Foi esse pronto-socorro que acolheu Márcia D’Aléssio¹⁴ em 1968, à época aluna da FFLCH/USP e hoje professora da EFLCH/Unifesp. Ela levou um tiro

¹² Não localizamos Antônio Carlos Madeira, e Benedicto Arthur Sampaio faleceu em 2009, mas sua esposa, Susana Sampaio, gravou um depoimento para a CVML. Também pudemos ler a entrevista que Benedicto gravou antes de morrer para o jornalista Mário Magalhães, a quem agradecemos a gentileza com que nos atendeu e ofereceu importantes informações. Susana Cruz SAMPAIO, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 8 de abril de 2015; MAGALHÃES, M. *Marighela, o guerrilheiro que incendiou o mundo*. S. P.: Companhia das Letras, 2012.

¹³ Guiomar Silva LOPES, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 26 de Setembro de 2013.

¹⁴ Márcia Barbosa Mansor D’ALÉSSIO, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 05 de Dezembro de 2013.

na perna quando participava de uma passeata e não podia ser atendida oficialmente na Santa Casa de Misericórdia porque teria que declarar motivo e poderia ser fichada, mas o médico, cujo nome não se lembra, foi até a sua casa e retirou a bala lá mesmo.

O professor Roberto Geraldo Baruzzi (1929-2016) nos graves anos de 1960, ousou, junto com o Dr. Oswaldo Monteiro de Barros (1924-2008), organizar caravanas médicas ao Araguaia para oferecer atendimento à saúde às populações ribeirinhas e indígenas daquela região do Brasil ainda em 1963. As caravanas, em meio ao golpe e às radicalizações que lhe seguiram, ainda aconteceriam em julho de 1964 e de 1965, sempre envolvendo alunos da escola e o departamento de Medicina Preventiva. Os avanços do Projeto Rondon, no entanto, devem ter constrangido a continuidade das caravanas, especialmente se considerarmos os vínculos das caravanas com os dominicanos do Araguaia, comprometidos com a luta dos posseiros e dos povos indígenas. Baruzzi¹⁵ considerou o Projeto Rondon incapaz de atender às necessidades dos povos do interior do Brasil, afirmou que eram feitos levantamentos e diagnósticos cuja exigência de ações posteriores nunca foram implementadas. Suas atenções, por isso, voltaram-se para o Parque Indígena do Xingu, onde organizou o projeto que até os dias de hoje movimenta professores e médicos da EPM/Unifesp e do HSP/HU/Unifesp, além de um grande número de alunos. Tratou-se, neste caso, de bordar as possibilidades de exercício da Medicina nos limites e brechas que se abriam e forcejavam contra o regime.

Mesma opção parece ter marcado a trajetória do professor José Leal Prado de Carvalho (1918-1987). Responsável pela cátedra de Bioquímica em 1964, quando o golpe se fez evidente, foi o único dos professores da congregação da EPM que se recusou a aceitar a demissão do colega Sebastião Baeta Henriques (1918-1996). Físico e comunista, Baeta seria de fato afastado da escola pelo AI-1 com a aquiescência de parte dos seus colegas e o desagravo de Leal Prado. Alguns anos mais tarde, em 1969, Leal receberia no prédio conhecido como Pampulha o colega Erney Felício Plessmann de Camargo¹⁶, que havia sido afastado da USP pela ditadura. Ele permaneceria na escola até que a abertura lhe permitisse retomar suas atividades na antiga universidade. Descreve-se aqui também um bordado de sobrevivência nas brechas do sistema. Seu depoimento é bastante ilustrativo:

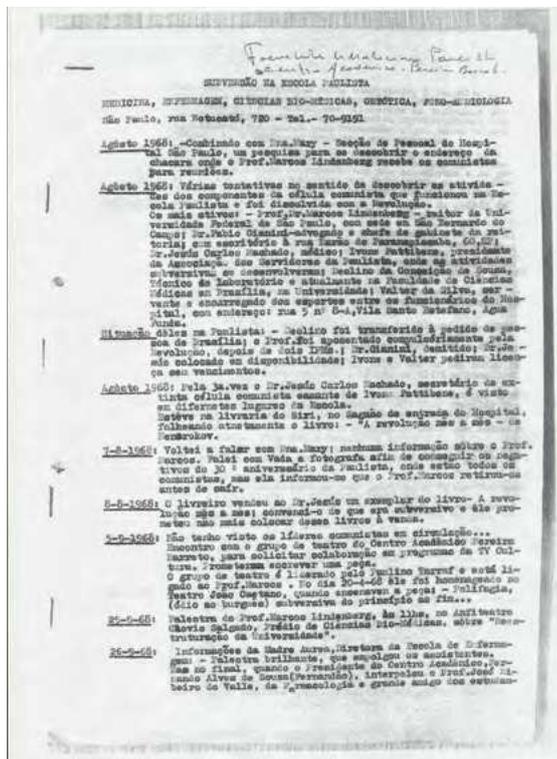
(...) quando o Leal me convidou para ir para a Escola Paulista, eles tinham acabado de montar o curso de Biomédicas. Ele me convidou para lecionar Microbiologia e Parasitologia. Ao mesmo tempo, o professor Luiz Rachid Trabulsi, que era da Faculdade de Medicina e também estava comigo no instituto de gastro, assumiu a Microbiologia na Escola Paulista. Aproveitando o convite do Leal e a ida do Trabulsi, eu resolvi ir para a Escola Paulista em 1969. Só que eu não podia ser contratado, porque tinha o Ato 7, que proibia qualquer pessoa demitida por atos institucionais de trabalhar em serviços públicos. Eu disse ao Leal que não poderia e ele falou para eu conversar com o diretor, que era Horácio Kneese de Mello. Eu não o conhecia, mas disse a ele que gostaria de ir para a Escola Paulista, voltar a fazer pesquisa, disse também que fui convidado pelo Leal e que me dava bem com o Trabulsi, que era da cadeira, e que não teria nenhum problema nesse aspecto, entretanto, não poderia ser contratado. O Horácio disse que não era investigador, nem responsável pelos AIs do governo, iria me contratar e que se os militares me tirassem de lá, ele não poderia fazer nada, mas ele contrataria formalmente.

Fui contratado como professor associado e logo depois passei a professor titular

¹⁵ BARUZZI, Roberto G. *Depoimento a Ana Nemi*. 20 de março de 2014.

¹⁶ CAMARGO, Erney F. P. *Depoimento à CVML/Unifesp*, 2 de outubro de 2015.

Documento produzido por informante do DOPS sobre a movimentação política na Escola Paulista de Medicina (acervo: Dops/APESP)



17 Idem.

da Parasitologia. Eu fiquei sabendo que na época tinha um coronel na escola que era ouvido para essas coisas. Ou ele fez vista grossa, ou ele não foi consultado. A verdade é que em nenhum momento eu tive qualquer empecilho para assumir a Parasitologia. Foi tranquilo. Em nenhum momento, dos 15 anos que fiquei lá, tive aborrecimento por questões políticas, restrições, anticomunismo. Dizer que tinha um setor duro de extrema direita, eu sei que tinha mesmo, mas isso nunca interferiu na minha estada na Paulista. Inclusive quando eu virei professor titular por indicação da Congregação. (...) A memória que tenho da Paulista é excelente, dos alunos, funcionários e direção. Foi o Leser que me arrumou o passaporte, com as relações dele, pois eu não podia sair do país, lá pelos anos de 1970.

Na época em que vim, não lembro do caso de alunos presos, mas posso contar o seguinte: vários professores relataram, como o próprio Horácio, que alguns alunos haviam perdido o exame por estarem presos e perguntaram se eu poderia aplica-lo para eles, o que eu fiz imediatamente. Isso aconteceu com mais de um professor. Agora, como resolveram isso na Secretaria não sei. Havia uma solidariedade lá. Isso provavelmente reflete um pouco a postura do diretor, porque na USP foi o contrário. Onde a instituição podia atrapalhar, ela o fez. Não a instituição, mas a gestão.¹⁷

Quando Erney chegou à escola havia já passado o tempo das perseguições que se seguiram ao golpe e que levaram alguns professores a propor a formação de uma comissão que deveria indicar ao “novo regime” os nomes dos “contrarrevolucionários”, assunto que será melhor aprofundado na primeira parte do relatório final. Após esses primeiros momentos de fortíssimo enfrentamento interno, o grupo de professores com postura mais tolerante parece ter conseguido controlar os ímpetus persecutórios dos apoiadores do regime. Tal postura, no entanto, não impediu o regime de invadir os espaços da escola, realizar prisões dentro dela e manter em

seus arquivos pastas com relatórios escritos por agentes que vigiavam as ações do centro acadêmico, dos professores e dos servidores que frequentavam a associação criada no início dos anos de 1960.

Essas pequenas histórias, contadas apenas à guisa de abertura, permitem entrever ações distintas em busca de corpo para as utopias e projetos, mas, principalmente, nos permitem esquadriñar modos distintos de se relacionar com o tempo que nos prende, nos define em circunstância e nos impõe escolhas. Houve aqueles que pretenderam dominar a roda da história, controlar o imponderável dando corpo armado às utopias, mas houve, também, aqueles que o trouxeram para as suas vidas cotidianas e bordaram diuturnamente acolhimentos e resistências não tão perceptíveis na cena pública. E há que afirmar logo em começos, não se fez hierarquia entre eles, ao

contrário, foram todos narrados respeitando as relações com o tempo e a circunstância que cada um definiu para si.

Muitos dos depoentes parecem encontrar sentido para suas ações nos anos da ditadura quando olham para trás nos dias de hoje, sua memória é, desta forma e apesar disso, conteúdo da história que se quer escrever aqui. O poeta Waly Salomão (1943-2003), em uma de suas proflúas digressões, afirmou que a memória seria uma ilha de edição que, aqui em interpretação livre, talvez nos indique o experimento de nossas vidas. Na senda aberta por esta reflexão, como lidar com a noção de verdade inscrita nas reivindicações que levaram à formação de comissões como a CVML/Unifesp? Sabendo-a marcada por este desejo humano perscrutado por Guimarães Rosas nas veredas do grande sertão: o medo e a coragem nos empurram no incontido e universal desejo de “dar corpo ao suceder”. Os personagens da história que será contada aqui nas próximas páginas deram “corpo ao suceder” em um momento absolutamente adverso da história do Brasil, e de muitas e diversas maneiras que coube à CVML/Unifesp descobrir e desencobrir em narrativa. Porém, como fazê-lo? Alinhavando os estratos do tempo revelados em depoimentos e fontes, em cartas e textos de memórias deixados por personagens estudados, e por documentos guardados em arquivos pessoais e públicos. Tudo isso porque aquilo que permite ao narrador contar a sua história é a impossibilidade de recuperar o experimentado como único ou, radicalizando o argumento, de compreender todos os estratos do tempo, considerando-os todos elementos articulados a partir de uma dimensão escolhida como fundamental¹⁸. Coube à CVML definir o(s) estrato(s) do tempo e o conjunto de experiências que iriam compor o fio condutor de sua narrativa, os problemas e as questões que seriam enfrentados e, quem sabe, respondidos em alguma medida.

Um dos problemas fundamentais de uma comissão da verdade é o tensionamento entre diversos estratos de tempo. Nesses começos cabe destacar três, quais sejam: o tempo da experiência efetivamente vivida na circunstância que se rememora ou sobre a qual se lê em documentos, o tempo vivido pelo depoente no momento em que suas memórias se tornam conteúdo dos trabalhos de uma CV e o tempo vivido pelos comissionados, tendo experienciado ou não a ditadura. Essas três temporalidades, que em si já trariam muitas outras, implicam distintas leituras e visões de mundo; todas elas se imbricam e cobram lugar na narrativa que se pretende escrever no tempo presente, mas que se reporta ao tempo vivido outrora pelos depoentes e também ao tempo vivido agora pelos comissionados e depoentes. Tais imbricações foram responsáveis pelo entendimento de que a escrita da história do tempo presente traria em si incertezas e imponderabilidades que dificultariam a elaboração de sua narrativa. Seria necessário algum distanciamento temporal para que o narrador pudesse compreender os “fatos”. Havia, em tal postura que se espalhou a partir do último terço do século XIX¹⁹, algum fetiche com a urgência de se observar períodos históricos como completos, processos finalizados, antes de escrever suas histórias. No final do século XIX havia bem poucas certezas, embora os avanços da ciência emblemados nas muitas fases das revoluções industriais que se espalhavam, reiterassem o contrário. As incertezas, mesmo quando tornadas públicas como certezas em relação aos avanços das tecnologias e da humanidade, constituíram enorme obstáculo para a escrita da história do tempo presente, já que tal escrita parecia impregnada pelo imponderável e pelos comprometimentos políticos que caracterizam os caminhos da memória e que, acreditava-se, não poderiam recortar o texto histórico.

¹⁸ KOSELLECK, R. *Los estratos del tiempo - estudios sobre la historia*, Barcelona: Paidós, 2001.

¹⁹ FICO, C. “A história que temos vivido”, In: CARELLA, MOLLO, PREIRA & MATA (orgs.), *Tempo presente e usos do passado*. R. J.: FGV, 2012, pp. 67-100.

Para muitos autores²⁰, a experiência das guerras do século XX foi fundamental para que os historiadores voltassem a enxergar com bons olhos os depoimentos, ou quaisquer textos, como fotografias, cartas, etc., que se debruçassem sobre o tempo vivido partilhado pelo historiador e, a partir deles, voltassem a escrever sobre o tempo presente, superando a interdição imposta pelo século XIX e aceitando os desafios da imponderabilidade, da parcialidade, dos jogos entre silêncios e luzes, da vida, enfim, que saltam destas fontes. Caberia ao narrador, diante de tantas variáveis, considerar sua escrita em relação a elas, e não apesar delas ou suprimindo-as de sua narrativa. Recolher e guardar memórias e registros do tempo vivido passou, então, a ser um dos fundamentos do trabalho do historiador, fato que em nosso cotidiano significou o desenvolvimento de um veio bastante rico, o da história oral²¹. Articular memórias, reveladas em depoimentos e registros diversos, e história, resultado da narrativa construída pelo historiador a partir de documentos de natureza, sintaxe e intencionalidade distintas, tornou-se uma possibilidade bastante profícua na escrita da história do tempo presente. Cabem aqui algumas reflexões sobre o assunto.

Preocupado em deslindar os conteúdos do que se chamava de moderno em meio às dicotomias próprias dos tempos de guerra fria em que viveu, o historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006) finalizou seu doutorado em 1953. Seu título, *Crítica e crise*²², aproximava a experiência da crise vivida por ele em seu tempo da experiência iluminista vivida pelos europeus, amplificada para o mundo, e que se materializaria nos processos revolucionários da passagem do século XVIII para o XIX. Tratava-se, no seu entender, de um momento de fortíssima inflexão na compreensão do que fosse a história e de quais eram os sentidos da ação humana nela. O Iluminismo, ou o Esclarecimento, ao sugerir a razão como instância normativa capaz de apontar o avanço da humanidade, supunha uma história que se construía pela ação consciente dos homens por meio de projetos. A percepção do tempo como possibilidade de progresso e de futuro que poderia ser organizado e ordenado pelos homens, implicou a edificação mesma do tempo vivido como lugar de debate e ação política que se orientava para o futuro possível. Criou-se, desta forma, no mundo contemporâneo, um *ethos* político cuja principal característica é romper com qualquer possibilidade de continuidade entre o passado rememorado e perscrutado, o presente vivido e o futuro fabulado, uma busca constante por um futuro que, no limite, sublimava o tempo vivido em nome do futuro que a todos redimiria.

A filosofia da história que se desenvolveu nesses tempos revolucionários, em sua busca por regularidades que indicassem o seu sentido, permitindo revelar um futuro inscrito nela mesma e um evidente progresso que a todos os homens concerniria, tornaria o tempo vivido do presente em algo fugidio a ser superado, um momento ainda preso a tradições com as quais se deveria romper em nome de um futuro projetado, em nome do que se considerava “moderno”.²³ A possibilidade de “dar corpo ao suceder”, nesta lógica, implicaria o rompimento com o tempo vivido e a luta pelo momento em que o futuro e a roda da história nos redimiria, salvando-nos dos infortúnios. Os tempos revolucionários dos anos de 1960, assim como aqueles da passagem do século XVIII para o XIX, e todos aqueles que marcam o mundo contemporâneo desde então, assim como as paixões das utopias que nesses momentos cobram lugar na cena pública, traziam em si a urgência de movimentar a roda da história, a certeza de que era preciso forcejá-la para cumprir o ideal

²⁰ FICO, C., op. cit.; ARÓSTEGUI, J., *La historia vivida – Sobre la historia del tempo presente*. Madri: Alianza, 2004; CHAVEAU & TÉTARD, *Questões para a história do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

²¹ THOMPSON, P. *A voz do passado – História oral*, R. J.: Paz e terra, 2002; BOSI, E. *O tempo vivo da memória*, S. P.: Ateliê, 2003; ALBERTI, V. *Manual de História Oral*, R. J.: FGV, 2005; HOLANDA & MEIHY, *História oral: como fazer, como pensar*, S. P.: Contexto, 2007.

²² KOSELLECH, R., *Crítica e crise*, R. J.: EDUERJ/Contraponto, 1999.

²³ Sobre este debate, cabe sugerir: ARANTES, P. *O novo tempo do mundo – E outros estudos sobre a era da emergência*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

de justiça professado. Guiomar Silva Lopes, que aderiu à luta armada, e Artur Beltrame Ribeiro²⁴, aluno da turma de 1969 do curso de Medicina da EPM, que não o fez, relataram as conversas e debates dos quais participaram e nos quais a questão era colocada na forma de opção a ser feita. A “matéria vertente” que incendiou as ações de muitos dos que marcharam contra a ditadura, desta forma, tinha múltiplas traduções, podia ser armada ou não, podia implicar apoio aos que estavam na luta armada, por acreditar na luta ou apenas por solidariedade. Podia, ainda, implicar a busca por brechas no sistema. E havia as implicações de viver em ditadura muitas vezes sem perceber exatamente os efeitos da conjuntura na própria vida cotidiana. Para muitos, as brechas procuradas e as vidas um tanto distantes da luta política, talvez não tenham a mesma relevância, mas no escopo deste relatório, como já afirmado, não se fez hierarquia entre as diferentes maneiras de enfrentar uma ditadura. E não se fez hierarquia porque foram exatamente essas diferenças que permitiram observar alterações naquele *ethos* político referido mais acima, especialmente na ação política de parte das esquerdas. A percepção da derrota da luta armada, aliada ao crescimento dos movimentos em favor da abertura política e pela anistia na segunda metade dos anos de 1970, provocou um ajustamento do discurso político em relação às possibilidades da circunstância e trouxe as expectativas de futuro para o espaço de experiência do tempo presente²⁵. Nesse sentido, o tema dos direitos humanos, que se pode afirmar como o elemento estruturante da luta contra a ditadura, permitiu aproximar o tempo vivido e as expectativas de futuro.

Ainda acompanhando a reflexão de Koselleck, sua teoria dos estratos do tempo²⁶ propõe observar e historiar a experiência vivida pelos homens conectando os três tempos que se articulam nas vidas dos homens: passado, presente e futuro, observando suas nuances, as percepções que engendram e as narrativas que sobre eles são elaboradas, de maneira a escrever história independentemente daquela dissociação que sublima experiências e possibilidades presentes no tempo efetivamente vivido que cabe ao narrador revelar. No que diz respeito às possibilidades de escrita da história do tempo presente, a sugestão é preciosa:

En nuestra historia del tiempo presente hay estructuras que no pertenecen unicamente a nuestra historia del tiempo presente. Hay constelaciones repetibles, efectos a largo plazo, actitudes arcaicas que perviven, regularidades en la serie de acontecimientos, acerca de cuya actualidad un historiador del tiempo presente puede informarse a partir de la historia. Y es que, como se dijo, la historia del tiempo presente, elevada a la categoría de concepto, es más que la historia de nuestro tiempo presente. Sólo cuando sabemos lo que se puede repetir en cualquier momento, aunque no siempre igual, podemos ponderar lo que hay realmente de nuevo en nuestro tiempo. Tal vez menos de lo que podemos suponer. Este poco es lo importante.²⁷

O trecho citado permite afirmar a relevância das realidades reencenadas a partir das experiências do passado como fundamentais para o entendimento do tempo presente. A dissociação entre a experiência vivida e as expectativas de futuro, se constituiu elemento fundante do mundo contemporâneo e permite compreender os conteúdos dos projetos revolucionários dessa época,

²⁴ RIBEIRO, Artur B., *Depoimento à CVML/Unifesp*, 18 de dezembro de 2014.

²⁵ KOSELLECK, R. *Futuro passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. R. J.: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006. Sobre o assunto, a palestra do filósofo Paulo Arantes, transcrita para este relatório, e bastante elucidativa do argumento.

²⁶ IDEM, *Los estratos del tiempo*, op. Cit.

²⁷ IBIDEM, p. 133.

não pode tingir a construção de uma narrativa sobre o tempo presente. No mesmo sentido, o fetiche sobre o distanciamento temporal necessário para a escrita da história não pode inibir os trabalhos de uma comissão da verdade. O tempo vivido, o tempo passado e o tempo futuro são, dessa forma, níveis temporais nos quais se movem as pessoas, nos quais se desenvolvem acontecimentos, e a partir dos quais é possível observar conteúdos de longa e/ou curta duração. Não se trata de perceber o tempo como linear ou como circular, mas de observar os entrelaçamentos entre diferentes níveis de duração nos quais estão presentes elementos lineares, que indicam continuidades, elementos recorrentes, que parecem reiterar tradições ou experiências quando se imaginava viver em outros tempos, ou modificações introduzidas, que podem ser percebidas como mais ou menos novas, dependendo das gerações que avaliam seus impactos. A referida prisão de onze alunos da EPM em 1972, por exemplo, para o então aluno e hoje professor Miguel Roberto Jorge²⁸, provocou enorme medo e teve como consequência uma forte retração no movimento estudantil e nos debates promovidos pelo centro acadêmico à época. Nacime Salomão Mansur²⁹, que se tornaria calouro na instituição apenas em 1976, no entanto, relatou que, ao contrário, quando entrou na escola sentia que essas prisões teriam criado uma solidariedade que fortalecera o movimento dos estudantes e os levava para ações de atendimento à saúde em áreas pobres da cidade.

Muitas histórias, muitas dimensões, muitas memórias e narrativas, acima de tudo poderíamos afirmar muitas verdades e interpretações que podemos descobrir, mas também ainda há muito a pesquisar e muitos a ouvir, o que poderia parecer estranho em um informe sobre um relatório final de uma comissão da verdade. Mas é exatamente isso, pesquisas são processos em construção, sempre haverá documentos não lidos, e, neste caso, considerando que seguramente há documentos não publicitados e devidamente escondidos pelo regime que se instalou em 1964, mais ainda. Sempre haverá algum depoimento que não foi possível recolher. Ao longo do relatório será possível perceber vozes ausentes, às quais antecipadamente pedimos sinceras desculpas que reputamos ao nosso tempo curto, mas que delegamos às possibilidades de novos pesquisadores se dedicarem ao assunto.

Para encerrar esta abertura, cabe afirmar que em todas essas histórias que se entrecruzaram em vida e nesta narrativa, as que já descobrimos e as que ainda cabe buscar e aprofundar, talvez exista uma única “gã que nos empurra” alinhando estratos entre o tempo vivido, o lembrado e o fabulado: a “gã” de repensar as bases do tão falado quanto pouco compreendido Estado democrático de direito. Aquele cujas portas não deveriam ser abertas a golpes de marreta, mas por meio dos espaços públicos partilhados pelo debate. Também aquele que não deveria precisar proteger cidadãos pela força das armas, tão pouco mobilizar contra eles forças repressivas baseadas em interrogatórios com tortura e em execuções sumárias.³⁰

A questão aqui é fundamental e fundante do entendimento dos projetos e ações que hoje pautam o debate público. Se nos anos de 1960 a escolha da luta armada e as paixões que invadiam a cena pública apontavam forte intenção de movimentar a roda da história por meio das utopias³¹ partilhadas, o sofrimento daqueles que sucumbiram nas engrenagens da repressão, aliado ao sofrimento daqueles que padeciam com os efeitos em suas vidas da evidente concentração de renda promovida pelo regime militar, amplificou os sentidos dos direitos humanos que, então, se tornaram um conteúdo de futuro que deveria caber no tempo presente. Não haveria mais

²⁸ JORGE, Miguel R. *Depoimento à CVML/Unifesp*, 28 de novembro de 2013.

²⁹ MANSUR, Nacime S., *Depoimento à CVML/Unifesp*. 28 de novembro de 2013.

³⁰ JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem – Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. R. J.: Arquivo Nacional; S. P.: EDUSP, 2013.

³¹ RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro – Artistas da revolução, do CPC à era da televisão*, São Paulo: Editora da UNESP, 2014; REIS F. & MORAES, 68 *A paixão de uma utopia*, R. J.: Espaço & Tempo, 1988.

que esperar o futuro que nos redimisse, haveria que construí-lo no tempo presente. Dessa forma, se é seguro afirmar a relevância dos movimentos sociais³² que cresceram na década de 1970 como forte elemento de desestabilização da ditadura, é também urgente considerar as articulações entre esses novos atores sociais e as denúncias de familiares de presos, exilados, mortos e desaparecidos pela ditadura na efetivação e publicação da oposição ao regime. Tratava-se de um esforço por retomar os espaços públicos.

A opacidade das fronteiras entre as dimensões pública e privada da vida foi fortemente radicalizada pela experiência da tortura que se instalou junto com a ditadura militar a partir de 1964. Intimidades privadas foram invadidas pela exposição pública do corpo a sevícias impostas por homens, nem sempre reconhecíveis, em espaços privados, porque estes nunca foram afirmados como espaços oficiais do Estado responsável, em tese, pelo bem público. Para além da experiência da tortura, há, também, imbricações e afastamentos de fronteiras entre o segredo do exercício da política, em princípio pública, mas só possível no âmbito privado da vida das pessoas, e as possibilidades da política efetivamente autorizadas na lógica das eleições indiretas e do bipartidarismo. Esta dificuldade para estabelecer limites e fronteiras entre a política que se exerce nos espaços públicos e aquela que cobra seu lugar em espaços privados, porque era proibida em público, permitiu observar uma série de interpretações, nexos, aproximações e dissonâncias que, no escopo das atividades desta comissão, ajudaram a fundamentar e a compreender os sentidos plurais da vida e do exercício da política em uma circunstância de ditadura. Esperamos ter contribuído, por menos que seja o muito que fabulamos, para o entendimento da relevância deste, cabe repetir, tão falado quanto pouco compreendido, Estado democrático de direito.³³



Folha de São Paulo noticia a reunião da Diretoria provisória da UNE em outubro de 1979; entre os estudantes encontra-se Paulo de Tarso Puccini, da EPM (acervo pessoal Paulo de Tarso Puccini)

³² SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena - experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*, R. J.: Paz e Terra, 2001.

³³ HILB, SALAZAR & MARTÍN, *Lesas humanidade - Argentina y Sudáfrica: reflexiones después del mal*. Buenos Aires: Katz, 2014.



CAPÍTULO 2

1972: ESTUDANTES NO OLHO DO FURACÃO



Turma de José Teles Claro - 1972 (acervo pessoal José Teles Claro)

1972: ESTUDANTES NO OLHO DO FURACÃO

Daniel Rodrigues de Assis Martins

Heloísa Catani Mariani Pavoni Matias

Patrícia Helena Gomes da Silva

Sheila Marques Feitosa

O final da década de 1960 e início da década de 1970 foi o período em que a ditadura militar brasileira cometeu violações aos direitos humanos em maior escala, principalmente em meio ao setor estudantil. Neste período, após o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) de 1968, a repressão deu atenção especial às universidades devido à grande relevância que o ambiente estudantil tinha na atuação dos movimentos de caráter revolucionário. Os militares consideravam o movimento estudantil universitário como foco de proliferação de ideias comunistas. Além disso, as universidades eram visadas desde o início da ditadura, pois “ocupam lugar estratégico na formação das elites intelectuais do país, e, secundariamente, dos dirigentes econômicos”³⁴.

Devido a posições ideológicas, houve expurgos de professores tanto após o golpe, em 1964, quanto após o AI-5. No primeiro expurgo estima-se que cerca de cem professores foram afastados, já após o AI-5 o número foi maior, aproximadamente cento e vinte³⁵. No caso dos estudantes, foi concebida até mesmo uma lei específica, o Decreto-Lei n. 477, “um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar”³⁶. Entre 1969 e 1979, possivelmente mais de mil estudantes foram expulsos³⁷.

Dessa forma, uma grande estrutura repressiva foi montada após o AI-5, inclusive com o apoio financeiro do empresariado. Esse quadro possibilitou à extrema direita executar seus anseios, presentes na Doutrina de Segurança Nacional, que “se assentava na tese de que o inimigo da Pátria não era mais externo, e sim interno”³⁸. O esforço da repressão nesse período foi para desenvolver um sistema que integrasse todos os órgãos que pudessem contribuir para a eliminação do inimigo, que no caso compunha-se em sua maioria de estudantes universitários. Em 1969, foi desenvolvida em São Paulo uma operação piloto, a Operação Bandeirante (Oban), que chegou a contar com organizações civis paramilitares, além de efetivos das três Forças Armadas, das polícias Civil e Militar, da Força Pública e da Guarda Civil.

Com a aprovação do regime à experiência de São Paulo, o formato da Oban se estendeu a todo país com a criação do Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi)³⁹.

³⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura, política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 16.

³⁵ *Ibid.*, p. 164.

³⁶ *Ibid.*, p. 156. O decreto pode ser lido na íntegra em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 24 abr 2016.

³⁷ *Ibid.*, p. 160.

³⁸ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 22. Cf. Também: CARDOSO, Lucileide, *Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2012.

³⁹ *Ibid.*, p. 23.

Já no final de 1969, estava caracterizada a instalação de um aparelho de repressão que assumiu características de verdadeiro poder paralelo ao Estado no país. Seus agentes podiam utilizar os métodos mais sórdidos, mas contavam com o manto protetor representado pelo AI-5 e pela autoridade absoluta dos mandatários militares.⁴⁰

Obviamente que era grande a desigualdade de forças entre os agentes da ditadura e os movimentos revolucionários. Somando-se a isso a violência gratuita da extrema direita e uma lógica militar usada na repressão de civis, o Estado brasileiro tornou-se responsável por um grande número de mortes, torturas e desaparecimentos. As vítimas eram compostas, em sua maioria, por jovens estudantes e idealistas, dispostos a grandes sacrifícios em prol de justiça social e com muito a contribuir socialmente. O caso que trataremos aqui demonstra que os agentes da ditadura tinham poucos escrúpulos em suas investigações, pois trata-se de um episódio de grande violência infringida contra pessoas que não tinham relações orgânicas com os movimentos de luta armada. A única aluna da EPM que realmente era ligada ao Molipo era Márcia Aparecida do Amaral, presa em fevereiro de 1972.

A EPM teve estudantes perseguidos e presos desde 1964, conforme se pode observar nas outras partes deste relatório. No ano de 1972 houve um grande número de prisões, mais de uma dezena de estudantes da escola foram detidos. Nenhum destes estudantes tinha qualquer atuação na luta armada e mesmo assim foram torturados. Os agentes queriam encontrar informações sobre o Molipo, e souberam que o jornal *Imprensa Popular*, que divulgava as ideias do movimento, havia circulado na escola. Dentre os movimentos de caráter revolucionário que se formaram em oposição à ditadura brasileira, o Molipo se destacou pela grande intensidade de violência usada pelos aparelhos da ditadura ao combatê-lo⁴¹. O movimento surgiu exatamente após o AI-5, quando a barbárie foi admitida no Brasil como uma política de governo. Foi uma organização de curta duração e boa parte de seus integrantes foi assassinada. Os agentes da ditadura entendiam que os integrantes do Molipo deveriam ser executados a qualquer custo⁴².

O Molipo é resultado de uma dissidência da Ação Libertadora Nacional (ALN). Para seus integrantes, a ALN havia se tornado uma organização demasiadamente militar, perdendo assim o contato com as massas. Formado em 1971, o novo movimento reivindicava um retorno aos ideais de Carlos Marighella, que havia sido morto pelo regime em 1969⁴³.

Marighella fora expulso do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1967, quando decidiu ir até Cuba para participar da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas)⁴⁴. Na ilha, ele aprofundou suas reflexões sobre as necessidades e possibilidades da luta armada no Brasil. Ao retornar, ele criou o Agrupamento Comunista que pouco tempo depois se tornou a ALN⁴⁵. A ligação de Marighella e da ALN com Cuba é importante, especialmente para o

⁴⁰ Ibid., p. 22. Cf também: JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem – Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. R. J.: Arquivo Nacional; S. P.: EDUSP, 2013.

⁴¹ ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba a Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 46. Ver também: GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2015. 283 p.

⁴² BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Verdade e à Memória...* op. cit., 2007. 479 p. p. 34

⁴³ Ibid, p. 34

⁴⁴ SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.p. 61.

⁴⁵ Ibid., p. 65.

entendimento do Molipo, pois a visão que se tinha dessa organização tanto para os militantes da esquerda quanto para os agentes do regime está diretamente ligada ao apoio cubano aos grupos de caráter revolucionário do Brasil.

A partir de 1967, o apoio de Cuba, com o oferecimento de treinamento em guerrilha à luta armada brasileira, ocorreu por intermédio de Marighella. Assim, militantes de organizações brasileiras de caráter revolucionário chegavam a Cuba e se agrupavam para treinamento. Apesar de haver militantes de outras organizações brasileiras nos grupos de treinamento em Cuba, a ALN se destacou por ser a organização que mais enviou membros e os grupos ficaram conhecidos como “Exércitos da ALN”⁴⁶.

O primeiro grupo a se reunir em Cuba, I Exército da ALN, foi composto por 16 pessoas e recebeu treinamento de setembro de 1967 até julho de 1968. A segunda turma iniciou em julho de 1968, ficando até meados de 1969 e contou com trinta militantes⁴⁷. Ao todo quatro grupos fizeram o treinamento e o que nos interessa aqui é o terceiro.

O III Exército da ALN contou com 33 militantes, dentre eles algumas lideranças importantes no movimento estudantil de 1968. Seu treinamento começou em maio de 1970 e terminou no mês de dezembro do mesmo ano. Em 1970 a ALN já não dispunha da liderança de Marighella. Joaquim Câmara Ferreira, que substituíra Marighella na direção do movimento, fora assassinado pela repressão em outubro de 1970, quando o III Exército ainda estava em treinamento. Das trinta e três pessoas, vinte e seis romperam com a ALN enquanto ainda estavam na Ilha. A estas 26 pessoas juntaram-se mais dois militantes, Carlos Eduardo Pires Fleury e Jeová Assis Gomes, que haviam sido banidos do Brasil em junho de 1970. Assim, formou-se o que ficou conhecido como o Grupo dos 28 ou o Grupo da Ilha⁴⁸.

Uma questão importante a ser considerada é que havia a intenção do serviço secreto de Cuba em atuar mais diretamente nas ações armadas dos movimentos revolucionários brasileiros, o que havia sido vetado veementemente por Marighella em vista de assegurar a soberania brasileira⁴⁹. A situação do Comandante Raul ilustra as intenções cubanas. O militante de codinome Raul participou do treinamento do II Exército e foi artificialmente colocado, pelo serviço secreto de Cuba, na posição de comando da luta armada no Brasil. A nomeação de Raul ocorreu enquanto ele ainda estava na ilha, mas quando chegou ao Brasil não foi aceito como líder pela militância. “Marighella teria ficado revoltado com a designação e decidido não enviar mais ninguém para o treinamento, mas logo em seguida morreu”⁵⁰.

O III Exército iniciou o treinamento em Cuba seis meses depois da morte de Marighella pela repressão. Assim, é bastante provável que os 28 que romperam com a ALN tenham se aproximado do serviço secreto cubano mais do que os outros grupos de treinamento. Antes de sua morte, Joaquim Câmara Ferreira havia enviado uma carta para Cuba pedindo que o grupo retornasse ao Brasil. A carta deveria ser entregue ao militante da ALN Ricardo Zarattini, que organizaria o retorno do III Exército. Zarattini, por sua vez, havia alterado a sua percepção em relação à necessidade do grupo voltar ao Brasil. Seria um erro o retorno devido ao aumento da violência repressiva e às quedas sucessivas que a ALN sofria naquele momento. Ele já estava organizando um esquema para que o grupo passasse um tempo de experiência na Coreia do Norte, Vietnã

⁴⁶ ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba ...* op. cit., p. 35.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 35.

⁴⁸ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o ‘Grupo da Ilha’, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de Ordem Política e Social. Setor de Análise, Operações e Informações. *Cursos Realizados em Cuba*. São Paulo: 1973. 209p. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Pasta SOI 962. A partir da página 173.

⁴⁹ ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba ...* op. cit., p. 60.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 43.

ou Guiné. Sabendo que os planos de Zarattini haviam mudado, o serviço secreto cubano não entregou a carta de Câmara para ele e discutiram a situação com o grupo do III Exército. Esta situação levou a maior parte do grupo a romper com Zarattini e planejar o retorno de forma independente da organização. Com apoio da inteligência de Cuba, o Grupo dos 28 entrou no Brasil sem que a ALN fosse contatada⁵¹. É importante ressaltar que o III Exército da ALN não era composto somente de 28 militantes. A ideia de que havia um Grupo dos 28 remonta à prisão de Aylton Adalberto Mortati. Preso em 4 de novembro de 1970, em um aparelho na Vila Prudente, Aylton possuía informações em um caderno sobre alguns militantes que estiveram com ele em Cuba, e assim a repressão pôde mapear e procurar os militantes restantes, conforme relatado em informe do II Exército⁵². Somente seis desses dissidentes foram reconhecidos em um primeiro momento, pois constantemente modificavam seus codinomes para despistar a repressão. Os seis haviam regressado no meio do ano. Eles eram: Aylton Adalberto Mortati, José Roberto Arantes de Almeida, Francisco José de Oliveira, Flávio de Carvalho Molina, Maria Augusta Thomaz, Natanael de Moura Girardi. Na frente de cada nome estava a situação em que se encontrava: preso, foragido ou morto. Nos nomes de José Roberto, Francisco José e Flávio Molina há uma cruz, indicando que o militante listado já estava morto⁵³.

No Brasil, a ideia dos militares sobre aqueles que faziam cursos de guerrilha no exterior era de que eles estavam mais bem preparados para realizar a luta armada e isso era amplificado em relação ao Grupo dos 28⁵⁴. No início de 1971, o grupo começou a retornar, a intenção era fortalecer o contato com as massas e intensificar a tendência do Foquismo, inspirado na Revolução Cubana, que visava à tomada do poder por meio da luta armada no campo⁵⁵. Neste momento, a ALN enfrentava tensão entre a Frente de Massas em São Paulo, que tinha presença no meio estudantil, e o Grupo Tático Armado (GTA), que cuidava das ações armadas. A discussão girava em torno de uma reformulação da linha de pensamento seguida entre 1969 e 1970.

A formação do Molipo se deu, principalmente, com a associação entre o Grupo dos 28 e a Frente de Massas. O rompimento definitivo com a ALN e a formação do Molipo aconteceu em setembro de 1971⁵⁶. Entre as propostas do novo grupo estava a “reorientação das ações executadas na cidade, no sentido de se criarem ‘comandos estudantis’ para atuarem, tanto no plano militar quanto no político, mais voltados para a luta concreta desses setores”⁵⁷. Depois

⁵¹ GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó...* op.cit., p. 283.

⁵² BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Gabinete do Ministro. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. *ALN (Dissidência)*. São Paulo: 30 dez 1971. 5f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. IN: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Divisão de Ordem Política e Social. Setor de Análise, Operações e Informações. Sem Título. São Paulo: 1971. 504p. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. p. 486

⁵³ Ibid. p. 488

⁵⁴ ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba...* op. cit., p. 48. Ver também: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *Pasta Número 104 (Continuação da Pasta 36): Cursos Realizados em Países [SIC] Comunistas*. São Paulo: 1977. 6f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. SOI 1029.

⁵⁵ LAQUE, João Roberto. *Pedro e os Lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. Lisboa: Vega, 2010. p. 447-449.

⁵⁶ GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó...* op. cit., p. 286.

⁵⁷ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Verdade e à Memória ...* op. cit., 2007. p. 34.

Thomaz foi assassinado no casebre em que viviam no município de Rio Verde, Goiás⁶⁸. Depois desse acontecimento, não se teve mais notícias da existência do Molipo, sabendo-se que 18 pessoas, do Grupo dos 28, que foram treinadas na ilha, foram assassinadas pela repressão⁶⁹.

Como já foi dito, o início das ações do Molipo se deu quando as execuções e as torturas estavam muito bem organizadas pelos órgãos de repressão. Os assassinatos eram teatralizados para parecerem acidentes ou conflitos em que os agentes eram obrigados a matar. E a ditadura tinha meios de fazer com que a imprensa divulgasse sua versão⁷⁰. Além disso, os agentes tinham critérios para escolher quem deveriam matar e quem deveriam torturar. Havia três grandes categorias de suspeitos, sendo a mais importante aquela composta pelos que participavam ativamente da luta armada, depois aqueles que serviam de apoio aos grupos⁷¹. Mas também havia a categoria dos simpatizantes, aqueles que simplesmente compartilhavam dos ideais das organizações clandestinas. Cabe aqui um questionamento moral sobre os limites da violência dos agentes e talvez isso nos leve a pensar sobre até que ponto ela chegava em relação a esta última categoria. O que se evidencia na leitura da documentação, e nos depoimentos recolhidos, é que se uma pessoa fosse pega pelos agentes com jornais que expressassem ideias comunistas no início da década de 1970, ela corria sérios riscos de ser torturada caso os agentes considerassem ser necessário. O caso ocorrido em agosto de 1972 na EPM, quando onze alunos foram presos, nos remete exatamente à questão.

Na EPM, os estudantes que se interessavam por política e buscavam desenvolver alguma reflexão reuniam-se no Centro Acadêmico Pereira Barretto (CAPB); alguns deles produziam o jornal *O Barretinho*. O CAPB não ficava no mesmo prédio em que ocorriam as aulas, de modo que não contava com grande circulação de estudantes. Inês Miney, uma das pessoas presas na ocasião, contou em depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML) que os integrantes do CAPB faziam diversos eventos para a aproximação da comunidade estudantil, mas tinham pouco sucesso⁷².

Já Gilberto Natalini, outro dos presos da EPM, contou à CVML que sua prisão em 1972 ocorreu em razão de um exemplar do jornal *Imprensa Popular* encontrado pelos agentes da repressão com um militante do PCB no Estado do Mato Grosso⁷³. Esse militante havia estado em São Paulo e recebera o jornal de Natalini. No Mato Grosso, o militante foi preso e contou quem lhe havia dado o jornal, possivelmente por meio de intimidação e tortura. Com essa informação, os agentes de São Paulo passaram a investigar Gilberto Natalini e o fotografaram em diversos lugares frequentados por ele diariamente. Após algum tempo de investigação, os agentes prenderam Natalini, em 9 agosto de 1972, segundo documentos do Dops⁷⁴.

Os exemplares do jornal *Imprensa Popular* chegaram aos estudantes da EPM por meio de Paulo Antunes Horta, que também frequentava o CAPB. Paulo tinha dois irmãos que militavam em organizações clandestinas, Celso Antunes Horta, que era integrante da ALN, e Maria Aparecida Antunes Horta, que militava no Molipo. Cida Horta estudara no curso de Letras, na Universidade de São Paulo, e contribuía para a redação, produção e distribuição do jornal do Molipo⁷⁵. Paulo

⁶⁸ Ibid., p. 342.

⁶⁹ BRASIL NUNCA MAIS. *Relatório Projeto Brasil Nunca Mais ...* op. cit. p. 93. Disponível em: <http://bnmdi-gital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=1572>. Acesso em: 29 set. 2015

⁷⁰ GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó...* op. cit., p. 297.

⁷¹ Ibid., p. 279

⁷² MINEY, Inês. *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 de julho de 2015.

⁷³ NATALINI, Gilberto Tanos. *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 de dezembro de 2013.

⁷⁴ BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Sem título*. São Paulo: 1972. Arquivo Nacional. Fundo SNI (30Z-163-470).

⁷⁵ HORTA, Maria Aparecida Antunes. *Entrevista à CVML/Unifesp*, 15 de dezembro de 2015.

Horta passou a se interessar mais por política na graduação e tanto o jornal do Molipo quanto o *Venceremos*, da ALN, chegaram aos estudantes da EPM por meio dele⁷⁶. O *Imprensa Popular* buscava evidenciar as contradições do regime militar e do capitalismo. A tendência do discurso era de aproximação entre estudantes e operários e de incentivo à entrada de universitários na luta contra a ditadura⁷⁷.

Dois dos estudantes que foram presos na ocasião, Inês Miney e José Teles, já haviam sido presos anteriormente pela posse de jornais. Eles faziam parte da diretoria do CAPB e os agentes descobriram que Inês guardava jornais da União Estadual dos Estudantes (UEE) em sua estante. Nessa ocasião eles não foram torturados, mas sofreram forte intimidação. Eles foram capturados sem o conhecimento dos familiares e sem qualquer registro oficial. Depois de soltos, foram obrigados a se afastar do CAPB, pois deveriam comparecer ao DOPS periodicamente para assinarem alguns papéis, uma maneira de deixá-los sob vigília.

Em depoimento à CVML, José Teles contou que percebeu que havia algo errado quando alguns colegas de turma começaram a sumir⁷⁸. Primeiro foi Natalini, depois Paulo Horta e Walter do Nascimento. As pessoas eram simplesmente sequestradas, e só quem conhecia a atuação dos agentes desconfiava que pudessem ter sido presas. Segundo Inês Miney, a avó de Natalini havia perguntado por ele a alguns colegas da faculdade. Ela dissera que alguns homens o levaram de um ponto de ônibus, às 7 horas da manhã. Na EPM, em razão dessa informação, os colegas desconfiaram que Natalini havia sido preso. Assim, os estudantes Lucílio da Silva Filho, José Augusto de Oliveira (Zé Galinha), José Gilberto Merussi di Santis (Zezito), Dirceu Diniz e Antônio Luiz Caldas Júnior decidiram ir até a casa dele para retirar de lá qualquer material que pudesse ser considerado subversivo pelos agentes.

Em depoimento dado à CVML, Lucílio da Silva Filho relatou que entre o material coletado na casa de Gilberto Natalini estavam algumas edições do jornal *O Barretinho* e o livro *Guerra de Guerrilhas*, escrito e autografado pelo Che Guevara. Após esse episódio, os cinco passaram a ser seguidos e observados. Como foram vigiados por mais de uma semana, Lucílio percebeu que poderia ser preso e pediu que uma de suas irmãs guardasse materiais seus que poderiam ser taxados de subversivos e deixou todos os seus documentos separados para o caso de ocorrer o que previa. Alguns dias depois, os policiais apareceram em sua casa junto com Gilberto e o levaram preso. De lá, seguiram até o bairro da Lapa, para capturar o colega José Augusto. Os três foram conduzidos para a Operação Bandeirante (Oban)⁷⁹.

Antonio Luiz Caldas Júnior também desconfiou, depois do desaparecimento de Natalini, que algo estava errado e que poderiam vir atrás dele, por isso tentou retornar a Santos, para ficar com a família, mas não teve tempo:

Preparei minha mala e estava para sair às 18h quando bateram na porta. (...) Gelei. (...) Mandaram todo mundo sentar e ficar quieto, se não, atirariam em

⁷⁶ HORTA, Paulo Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 02 de outubro de 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Auto de Apreensão*. São Paulo: 1972. 2356 f. f. 514 Ver também: BRASIL: NUNCA MAIS. Processo BNM_668. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&PagFis=61416>. Acesso em 15 Ago. 2015.

⁷⁷ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Auto de Apreensão*. São Paulo: 1972. 2356 f. f. 514 Ver também: BRASIL: NUNCA MAIS. Processo BNM_668. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&PagFis=61416>. Acesso em 15 Ago. 2015.

⁷⁸ CLARO, José Teles. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 23 de setembro de 2015.

⁷⁹ FILHO, Lucílio da Silva. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 de setembro de 2015.

todo mundo. Talvez pela fama da república, ali era como o quartel general da subversão. Levaram-me e o Teles, o resto ficou lá, sem palavras. Enquanto isso, outra equipe recolheu o Paulo Horta e o Walter Nascimento. (...)O Paulo Horta tinha um irmão que era preso político e uma irmã foragida, sendo que ela era do Molipo. Essa história de que nós somos do Molipo era porque quem tinha ido na casa do Gilberto era o Paulo, (...). No dia seguinte prenderam o Zézito, o Dirceu, o Lucílio e o Zé Galinha só foi preso dias depois. O DOI achou que eles, presos depois, eram os subversivos e que nós tínhamos sido presos por algum engano. O Paulo sofreu mais, porque ele era o mais importante para o DOI-Codi, por causa da família. (...)Depois de um tempo perceberam que não havia uma célula comunista ligada à luta armada na Escola Paulista de Medicina e nos soltaram. Entretanto nossa república era vigiada e percebíamos que algumas vezes paravam carros estranhos lá na frente, uma forma de fazer pressão nos estudantes.⁸⁰

Natalini contou em depoimento que foi recebido no DOI-Codi pelo então coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, e passou por interrogatórios e intimidações⁸¹. No final, ele conseguiu convencer Ustra que encontrara o jornal em um dos banheiros da EPM, mas que não tinha nada a ver com a situação. Ustra liberou Natalini e mandou que os agentes o levassem até a sua casa. Todo o material de conteúdo comunista que o estudante guardava no local deveria ser apreendido.

Ao chegar à sua residência junto com os agentes, o estudante foi pegar o material em seu quarto de estudos, mas não encontrou nada, já que os colegas haviam recolhido o material e levado para casa de outros parentes de Natalini, com medo de que pudessem incriminá-lo. O estudante perguntou para sua avó, na frente dos agentes, onde estavam as suas coisas. Ela não tinha muita ideia do que estava acontecendo e disse que seus amigos tinham pegado o material, porque era perigoso mantê-lo na casa. A partir de então o estudante começou a apanhar brutalmente. A violência dos agentes foi tão gratuita, como parecia ser de costume, que mesmo os familiares sofreram agressões físicas. A partir daí começou a perseguição que, por meio de intimidação e tortura, levou rapidamente à prisão de mais dez estudantes da EPM em 1972. Um a um os estudantes foram sumindo. Em documentos do DOPS que mostram as fotos e as datas das prisões, é possível verificar que Walter do Nascimento e Paulo Antunes Horta foram presos no dia 11 de agosto de 1972, dois dias depois da prisão de Natalini⁸². Cabe ressaltar, porém, que a documentação do DOPS não é confiável, pois há vários casos de pessoas que foram presas por meses antes de terem sua prisão legalizada, como foi o caso de Márcia Aparecida do Amaral, também do Molipo⁸³.

Inês contou que os agentes do DOI-Codi foram até a EPM para buscar os registros que continham as fotos de todos os estudantes⁸⁴. Tutelados pelo Estado, os agentes tinham alto poder de intimidação após o Ato Institucional nº 5, inclusive com relação às instituições acadêmicas⁸⁵. Não havia limites para o seu poder de coação, desde que os presos ajudassem a alcançar seus objetivos. No caso que tratamos aqui, o objetivo das ações era o assassinato dos integrantes do Molipo.

⁸⁰ CALDAS Jr. Antônio Luiz. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 26 de maio de 2015.

⁸¹ NATALINI, Gilberto Tanos. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 16 de dezembro de 2013.

⁸² BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Sem título*. São Paulo: 1972. Arquivo Nacional. Fundo SNI (30Z-163-470).

⁸³ Ver: Biografia de Márcia Aparecida do Amaral.

⁸⁴ MINEY, Inês. *Depoimento à CVML/UNIFESP*. 16 de Julho de 2015.

⁸⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar ... op. cit.*, p. 16.

Os agentes conseguiram os documentos de registro dos alunos e levaram até a avó de Natalini para que ela reconhecesse os alunos que recolheram o material de organizações clandestinas da sua casa. E obviamente que ela não teve escolha entre fazer ou não o que pediam. A polícia, que foi militarizada pela ditadura e imbuída da ideia de que havia um inimigo interno a derrotar, parecia acreditar que estava em estado de guerra, onde certas regras sociais e os escrúpulos são deixadas de lado.

Seria difícil ter alguma ideia de quantas pessoas foram intimidadas e assediadas pelos agentes no episódio de agosto de 1972 na EPM. Nesse período da ditadura, a repressão tinha grande controle das informações, de modo que tudo era feito para que os excessos de violência dos agentes tivessem caráter de legalidade. Como já foi dito, os próprios assassinatos dos integrantes do Molipo foram teatralizados para se passarem por tiroteios e acidentes, como é possível perceber neste trecho do livro *A Casa da Vovó*:

De novembro de 1971 a outubro de 1972 o grupo seria massacrado. Uma série de prisões ia levar a uma espiral da qual poucos escapariam. Muitos tiveram sua morte encenada pelo DOI. Foram “atropelados” ou “baleados em tiroteios” com o propósito de encobrir assassinatos. O teatro era um método.⁸⁶

Cássia Maria Luperni, casada com Paulo Antunes Horta à época, e também presa no episódio de 1972 na EPM, relembra:

(...) nos levaram para a Operação Bandeirante. Lá, o Paulo Horta foi encaminhado para uma cela, onde ele foi barbaramente torturado e me levaram para outra cela, onde a tortura era principalmente psicológica. (...) Eles queriam me levar para a sala onde tinha eletrochoque e outras formas de tortura bem agressivas e desumanas. Mas eu fiquei nessa cela, e uma das coisas que me chamaram a atenção é que eles trouxeram uma mulher que tinha uma fratura de fêmur e ela estava grávida. E eles falavam assim para mim: ‘está vendo? Não é porque você está grávida que você está isenta da tortura’. Ela sofreu violência mesmo estando grávida, e essa fratura no fêmur foi devido a um chute, bem agressivo.⁸⁷

Dentre as inúmeras práticas de coação exercidas pelo regime militar no episódio da prisão dos estudantes da EPM, Lucílio relatou que uma determinada noite levaram-no, juntamente com seus colegas de cela e alunos da EPM, Paulo Antunes Horta, Gilberto Natalini, José Teles Claro, Antonio Luiz Caldas Junior, José Augusto, José Gilberto Merussi di Santis, Dirceu Diniz, Walter do Nascimento e mais dois parentes de Paulo Horta para uma sala e lhes disseram que era a Noite de São Bartolomeu. Eles ficaram de pé, separados uns dos outros e sem poder se comunicar, virados de frente para a parede. Os investigadores riam deles, falavam grosseiras, abriam armários cheios de armas e ameaçavam fuzilar todos eles. Um dos policiais pediu a Lucílio que tirasse o blusão da EPM que vestia e informou-lhe que ele seria o primeiro a morrer. Encostou uma arma em seu peito e disparou, mas o revólver estava descarregado. Em seguida, o investigador colocou a pistola na cabeça de José Augusto e procedeu do mesmo modo⁸⁸.

Nos relatórios de inquéritos policiais produzidos pelos órgãos de repressão, a intenção de apagar os registros de abuso e legitimar as ações dos agentes é bastante clara. No documento

⁸⁶ GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó...* op. cit., p. 300.

⁸⁷ LUPERNI, Cássia Maria. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 de janeiro de 2016.

⁸⁸ FILHO, Lucílio da Silva. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 de setembro de 2015.

que foi produzido no Dops para relatar o inquérito do caso da EPM em 1972, é possível ter uma ideia da liberdade que o regime tinha para contar a história da maneira mais conveniente, sem nenhuma preocupação com conceitos de verdade ou de justiça⁸⁹. Segundo um documento de 18 de agosto de 1972, também do Dops, em que constam as fichas individuais de alguns presos, é possível fazer a contagem e concluir que pelo menos 18 pessoas foram presas no caso⁹⁰. Conclui-se isso ao acrescentar os nomes de pessoas que sabemos que foram presas e não estão na lista. Porém, na produção do relatório de inquérito policial, no mês de novembro, apenas cinco pessoas aparecem como indiciadas. Alguns nomes da lista anterior são citados, mas apenas como testemunhas. O que aconteceu de fato é que estas foram capturadas, além de sofrerem agressões físicas e intimidações por assédio moral.

Ademais, na ficha individual de cada um dos 11 alunos, os agentes colocaram em letras garra-fais: “Preso pelo DOI, em 20/08/72, Membro do Movimento de Libertação Popular – Molipo”⁹¹. Não sabemos o motivo dos agentes colocarem o dia 20 como data da prisão, mas a leitura da documentação permite afirmar que na fase policial de elaboração dos inquéritos nem mesmo a Justiça Militar era comunicada sobre as detenções efetuadas pelos órgãos de segurança, o que explica o fato de que as datas indicadas no que eles chamavam de “interrogatórios preliminares” não correspondiam ao verdadeiro dia da prisão.⁹² Gilberto Natalini é um dos estudantes que foram presos e o registro de prisão não consta no relatório de inquérito policial. Ele contou que José Augusto de Oliveira foi o que mais apanhou⁹³. Por causa de seu apelido, Zé Galinha, ele foi confundido com outra pessoa que estava sendo procurada pelos agentes. Dos onze estudantes da EPM, oito tiveram suas prisões omitidas no relatório de inquérito, mas ficaram presos por cerca de uma semana. Quando estes oito foram liberados, ainda ficaram presos Paulo Antunes Horta, Walter do Nascimento e Gilberto Natalini. Segundo Natalini, a tortura ficou mais forte depois da liberação dos outros oito. Além dos três estudantes da EPM, aparecem também na lista de indiciados do relatório de inquérito policial os nomes de Heloisa da Silva Bernardes, Maria Marta Antunes da Silva e Maria Aparecida Antunes Horta, irmã de Paulo Horta conhecida com Cida Hort⁹⁴.

Qualquer pessoa que pudesse dar informações que levassem ao extermínio dos membros do Molipo poderia ser capturada pelos agentes sem conhecimento da família. E eles não deviam explicações a ninguém, pois estavam tutelados pelo Estado e tinham como manipular as informações, tanto nos documentos jurídicos quanto na imprensa. Assim, eles prenderam aqueles que tiveram ligação com o jornal do Molipo na EPM, e também pessoas que faziam parte do círculo de amigos de Cida Horta. A prisão de Cida seria importante para investigação, pois ela tinha grande proximidade com fortes lideranças do movimento. Os agentes possivelmente não sabiam, mas ela era companheira de Antonio Benetazzo (1941-1972)⁹⁵. O que eles pareciam acreditar é que ela era uma amiga bastante próxima de Silvia Peroba Carneiro Pontes e a estava ajudando a se esconder.

Antonio Benetazzo foi um dos que participaram do treinamento no III Exército da ANL, em

⁸⁹ BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Relatório de Inquérito*. São Paulo: 1972. Arquivo Nacional. Fundo SNI (ASP_ACE_8885_81).

⁹⁰ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Ficha individual e seus anexos*. 1 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. (50-Z-9-25357).

⁹¹ Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=Movimento%20de%20libertacao%20popular>. Acesso em 31 de maio de 2016.

⁹² ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, BRASIL: *Nunca mais*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2011, p. 204 (Vozes de Bolso).

⁹³ NATALINI, Gilberto Tanos. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 16 de dezembro de 2013.

⁹⁴ BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Relatório de Inquérito Policial nº 34/ 72*. São Paulo.

⁹⁵ HORTA, Maria Aparecida Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*, 15 de dezembro de 2015. Ver também: GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó...* op. cit., p. 316.

Cuba. Figura muito querida por todos, arquiteto, filósofo e artista plástico⁹⁶, Benetazzo é um exemplo bastante marcante do perfil das pessoas que estavam sendo perseguidas e assassinadas na época. Sua morte foi brutal; depois de o executarem, os agentes o jogaram debaixo de um caminhão para forjar um acidente⁹⁷.

Silvia, a amiga de Cida, não era uma dos 28 do Grupo da Ilha, mas os agentes entendiam que ela era líder do setor estudantil do Molipo, além disso, ela era acusada pela morte de um policial⁹⁸. Ela foi indiciada no Relatório de Inquérito Policial nº 09/72 – vol. 6, produzido em outubro de 1972, que trata de várias ações armadas atribuídas pelo regime ao Molipo⁹⁹. No relatório também constam ações que foram atribuídas aos indiciados antes da formação do movimento, provavelmente quando ainda faziam parte da ALN. Uma das coisas que se nota ao ler o documento é a curta duração das ações do grupo. Segundo o próprio documento, as ações do Molipo tiveram início em setembro de 1971, e já no início de 1972 o movimento tinha muito pouca capacidade de atuação. No documento, a última ação atribuída à organização foi um assalto que ocorreu em maio de 1972. Antes disso, apenas duas ações ocorreram no mesmo ano, e uma delas é classificada apenas como “atos de vandalismo”¹⁰⁰.

O caso da EPM pode ser visto como exemplo do quão longe eles poderiam ir para a captura de determinados militantes. Segundo o texto do Relatório de Inquérito Policial nº 34/ 72, que trata do caso da EPM, de agosto de 1972, do qual se sabe apenas por testemunhos de vítimas que houve gravíssimos excessos, teve o único fim de encontrar Silvia Peroba¹⁰¹.

Prosseguindo na investigação para a localização da subversiva SILVIA PEROBA CARNEIRO PONTES os Órgãos de Segurança conseguiram chegar ao “aparelho” situado a Pça. Benedito Calixto, ocupado por Maria Aparecida Antunes Horta¹⁰².

Se considerarmos os objetivos dos agentes, as prisões, intimidações e torturas ocorridas no caso da EPM não tiveram nenhum sucesso. Nada de relevante foi encontrado e eles não conseguiram capturar ninguém associado à luta armada contra o regime. Muito sofrimento foi causado aos estudantes e seus familiares, mas os agentes não precisavam se preocupar com questões éticas, pois como já foi dito, a legalidade de suas ações era garantida pelo aparelho da ditadura.

Os três estudantes da EPM que permaneceram presos depois da liberação dos outros oito foram barbaramente torturados. O objetivo dos agentes era obter informações sobre Cida Horta para chegar em Silvia Peroba. Walter do Nascimento contou, em depoimento à CMVL/Unifesp,

⁹⁶ Recentemente sua obra foi objeto de exposição no Centro Cultural São Paulo e reunida em livro: CARNE-DUTO, Reinaldo (org.). *Antônio Bentazzo, permanências do sensível*. S. P.: Imprensa Oficial do Estado, 2016.

⁹⁷ GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó...* op. cit., p. 305-314.

⁹⁸ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Relatório de inquérito nº 9 / 72 – vol. 6*. São Paulo: 1972. 2373f. Brasil: Nunca Mais. BNM_068. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=Movimento%20de%20libertacao%20popular>. Acesso em 31 maio 2016. Ver também: GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó...* op. cit., p. 290.

⁹⁹ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Relatório de inquérito nº 9 / 72 – vol. 6*. 2356. São Paulo: 1972. 2356 f. Brasil: Nunca Mais, BNM_068. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=115200>. Acesso em 15 Ago. 2015. p. 35

¹⁰⁰ Ibid., f. 2390.

¹⁰¹ BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. Relatório de Inquérito Policial nº 34/ 72. São Paulo: 1972. Arquivo Nacional. Fundo SNI (ASP_ ACE_8885_81).

¹⁰² Ibid., p. 3.

que dentre as pessoas que foram presas e liberadas mais rapidamente, aquelas que conheciam Cida a avisaram da situação de sua iminente prisão e ela conseguiu fugir¹⁰³. Cássia Luperni, casada com Paulo Antunes Horta na ocasião, foi até a casa de Maria Aparecida avisar que Paulo estava preso¹⁰⁴. Cida havia sido casada com Antonio Benetazzo e achou melhor deixar o país sem avisar a ninguém¹⁰⁵.

Um episódio interessante é contado por diversos depoentes. De alguma maneira bastante astuta, o pai de Paulo Horta conseguiu que chegasse até ele, dentro do DOI-Codi, a informação de que sua irmã já havia fugido do apartamento onde morava, de modo que ele poderia entregar o endereço para os agentes. Estes chegaram ao apartamento de Cida Horta no dia 21 de agosto. Essa informação pôde ser obtida por meio de uma guia de recolhimento, onde consta uma lista de materiais apreendidos no apartamento de Cida Horta. Os três estudantes da EPM ainda presos, Natalini, Nascimento e Horta, foram transferidos do DOI-Codi para o Dops alguns dias depois e lá permaneceram presos por quase um mês, com tratamento menos violento¹⁰⁶.

Todos os onze estudantes da EPM presos em agosto de 1972 tornaram-se médicas e médicos e trabalham há longos anos na profissão. Cida Horta morou em Cuba por cerca de sete anos, trabalhando como redatora e locutora na Rádio Havana Cuba em português. Quando retornou, em maio de 1979, dedicou-se à educação de jovens e adultos, além de exercer forte militância pela educação brasileira, que também fora muito prejudicada pelo regime militar. Sua militância se deu em torno da educação popular. Um dos impactos do seu retorno foi a questão salarial, pois era “gritante a diferença entre o que era ser um professor de escola pública em 1972 e no que foi transformado em 1979, quando os salários tornaram-se aviltantes”¹⁰⁷.

Dois dos três estudantes que ficaram presos no DOI-Codi por mais tempo, Gilberto Natalini e Walter do Nascimento, iniciaram em 1976 um trabalho social que oferece consultas gratuitas à população do bairro do Cangaíba, na zona leste de São Paulo. O ambulatório do Cangaíba permanece em funcionamento até hoje e em sua fundação contou com outros estudantes que também se formaram na EPM, no final de 1975¹⁰⁸. Paulo Horta, por sua vez, levou seus conhecimentos e sua militância em Medicina Popular para municípios do interior de Goiás e São Paulo¹⁰⁹.

O regime militar brasileiro perseguiu, torturou e tirou vidas de muitas pessoas que estavam, de fato, compromissadas em diminuir as desigualdades sociais. Isto é para nós um fato evidente, independente dos projetos políticos que tais pessoas defendiam. A tortura de pessoas que não tinham qualquer relação com a luta armada é mais uma prova de que a violência foi banalizada pelos agentes do Estado. Nos anos que seguiram após o AI-5, os setores da extrema direita do país ganharam mais poder de atuação. As reflexões e avaliações desse período, principalmente pelas instituições midiáticas, ainda se fazem necessárias, apesar de contarem com décadas de atraso. E a situação se agrava quando tratamos de segurança pública.

As recentes pesquisas de Maria Pia Guerra demonstram, por meio de documentos, que a militarização ostensiva da polícia também se deu nesse período¹¹⁰. Com isso queremos dizer que, ao aceitarmos que as ruas sejam patrulhadas por uma polícia militarizada, estamos aceitando

¹⁰³ NASCIMENTO, Walter do. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 03 de Julho de 2015.

¹⁰⁴ LUPERNI, Cássia Maria. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 de janeiro de 2016.

¹⁰⁵ HORTA, Maria Aparecida Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 15 de dezembro de 2015.

¹⁰⁶ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Guia de Recolhimento*. São Paulo: 1972. 531 f. Brasil Nunca Mais, BNM_668. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=Movimento%20de%20liberacao%20popular. Acesso em 31 maio 2016.

¹⁰⁷ HORTA, Maria Aparecida Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*, 15 dezembro de 2015.

¹⁰⁸ PATARRA Judith. *Médicos do Cangaíba*. São Paulo: Fênix, 2012, p. 13.

¹⁰⁹ HORTA, Paulo Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 02 de outubro de 2015.

algo que foi criado no período mais brutal e extremista da ditadura militar brasileira. Período orientado pelo ideário da Doutrina de Segurança Nacional, que tem como pressuposto a existência de inimigos compatriotas.

A prática de forjar tiroteios, com o fim de alegar legítima defesa e justificar mortes, é largamente usada entre policiais, e vem sendo divulgada por diversas mídias¹¹¹. Segundo dados expostos na 9ª edição do Anuário de Segurança Pública elaborado pela organização não governamental (ONG) Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 3.022 pessoas foram mortas por policiais, apenas no ano de 2014. Além disso, as recentes atuações da polícia militar em manifestações encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) demonstram claramente que a estrutura da polícia militar não está preparada para atuar em um regime democrático¹¹².

Entendemos que o período após o AI-5, quando as polícias foram imbuídas mais intensamente de uma ideologia extremista, além de serem incentivadas e acobertadas pelo Estado, foi crucial para o aparelhamento policial militar que observamos atualmente. O Brasil tem uma polícia internacionalmente famosa por sua violência. As sofisticadas torturas do início da década de 1970 e os teatros articulados pelo DOI-Codi para esconder assassinatos continuam até agora. A diferença é que os jovens brancos e universitários não estão mais na lista das vítimas preferenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais: Um relato para a História*. 15ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. 312 p.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. 976 p. (v. 1)

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 740 p. (v.3)

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum: Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 237p.

GASPARI, Élio. *As Ilusões Armadas: A Ditadura Escancarada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 560 p. (v. 2)

¹¹⁰ Maria Pia dos Santos Lima Guerra: Consultora técnica do PNUD prestando serviços à Comissão de Anistia e à Comissão da Verdade da Democracia Mães de Maio. Pesquisadora-coordenadora da Rede Latino-americana de Justiça de Transição. Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela UnB (2014). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4261809J5>>. Acesso em 13 jan. 2015.

¹¹¹ GOMIDE, Raphael; CORRÊA, Hudson. Instrutores da PM do Rio ensinam a forjar tiroteios. Revista Época. out. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/10/instrutores-da-pm-do-rio-ensinam-forjar-tiroteios.html>>. Acesso em jan 2016.

¹¹² FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário de Segurança Pública. 9. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>>. Acesso em: jan. 2016.

GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó*. 2ª ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2015. 612 p.

LAQUE, João Roberto. *Pedro e os Lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava Editorial, 2010. 638p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014. 448 p.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. 368 p.

PATARRA Judith. *Médicos do Cangaíba*. São Paulo: Fenix, 2012

REIS, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução: Documentos das Organizações Clandestinas de Esquerda (1961-1971)*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. 370 p.

ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba a Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. 96p.

SALES, Jean Rodrigues. *A Luta Armada Contra a Ditadura Militar: A Esquerda Brasileira e a Influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. 127 p.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 263 p.

32 VENTURA, Zuenir. 1968: O Que Fizemos de Nós. São Paulo: Editora Objetiva, 2014. 216 p.

PERIÓDICOS

GOMIDE, Raphael; CORRÊA, Hudson. Instrutores da PM do Rio ensinam a forjar tiroteios. *Revista Época*. out. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/10/instrutores-da-pm-do-rio-ensinam-forjar-tiroteios.html>>. Acesso em janeiro 2016.

ENTREVISTAS

AMARAL, Márcia Aparecida do. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 21 de maio de 2014.

CALDAS, Antônio Luiz. *Depoimento à CVML/Unifesp*, 26 de maio de 2015.

FILHO, Lucílio da Silva. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 de setembro de 2015.

HORTA, Maria Aparecida Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 15 de dezembro de 2015.

HORTA, Paulo Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 02 de outubro de 2015.

MINEY, Inês. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 16 de Julho de 2015.

NASCIMENTO, Walter do. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 03 de julho de 2015.

NATALINI, Gilberto Tanos. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 16 de dezembro de 2013.

LUPERNI, Cássia Maria. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 de janeiro de 2016.



CAPÍTULO 3

BIOGRAFIAS



Mural (acervo pessoal Marcos Pacheco de Toledo Ferraz)

BIOGRAFIAS

1. CÁSSIA MARIA LUPERNI

Data e local de nascimento: 10/3, Guaratinguetá (SP)

Preparo da documentação: Heloísa Matias e Sheila Marques

Texto escrito por: Heloísa Catani Mariani Pavoni Matias

Filha de Antônio César Luperni e Ondina Santos Luperni, Cássia Maria Luperni passou a infância em sua cidade natal, Guaratinguetá (SP), onde conheceu Paulo Antunes Horta e seus familiares. Posteriormente, mudou-se para São José dos Campos (SP), pois pretendia frequentar o curso técnico de Enfermagem na Escola Dom Epaminondas, cujo ensino era ministrado por religiosas. O curso – em regime de internato – ocupava período integral, das 7h às 16h, e estipulava em torno de dez plantões para cada disciplina. Paulo, que se tornara seu noivo, estudava na Escola Paulista de Medicina (EPM). Ambos se casaram logo após Cássia terminar o curso de Enfermagem, em dezembro de 1971¹¹³. Após o casamento, transferiram-se definitivamente para São Paulo, e – em fevereiro de 1972 – Cássia começou a trabalhar como técnica de Enfermagem no Hospital São Paulo (HSP). No mesmo mês, engravidou.

No hospital, trabalhou na unidade de Nefrologia, atendendo entre seus pacientes o Doutor Alceu, um desembargador que possivelmente a protegera – conforme suspeitava – no período em que esteve presa, e uma madre que, segundo rumores que ouvira, era irmã de Sérgio Paranhos Fleury, delegado titular da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo¹¹⁴.

Em agosto de 1972, grávida de seis meses, foi presa juntamente com o marido pela Operação Bandeirante (Oban)¹¹⁵. Na época, segundo seu depoimento à CVML, ainda não compreendia a desigualdade social e não estava acostumada à realidade de São Paulo, pois no internato vivia em um mundo à parte. Paulo comentara com ela que Gilberto Natalini havia sido preso e que acreditava que a polícia pudesse vir atrás deles. Na mesma noite em que fizera tal observação, foram presos. Cássia estava dormindo e acordou com uma metralhadora na cabeça. Ficou atônita com a invasão repentina e com a violência dos policiais. Chegando à Oban, percebeu que estava sob algum tipo de proteção, pois alguns militares não deixaram que fosse levada às salas de tortura, embora sofresse tortura psicológica durante todo o tempo em que havia ficado presa. Os militares trouxeram até sua cela uma moça grávida, com fratura de fêmur causada por um chute muito forte ou agressão similar, como forma de mostrar que não era porque Cássia estava grávida que não sofreria tortura¹¹⁶. Em nenhum momento pôde ver seu marido, que ficou incommunicável por sessenta e quatro dias. Nessa mesma noite foi liberada, mas ficou sob escolta de dois policiais em sua casa até as seis horas da manhã do dia seguinte, quando um deles disse

¹¹³ SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social. *Assentada a 2ª testemunha*. 19 out. 1972. 2f.

¹¹⁴ LUPERNI, Cássia Maria. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 jan. 2016.

¹¹⁵ Mais tarde, renomeada para Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

¹¹⁶ LUPERNI, Cássia Maria. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 jan. 2016.

ao outro: “Vamos embora? Porque ela não conhece São Paulo direito, ela é muito novinha... A gente termina de dormir em casa e amanhã a gente volta.”¹¹⁷ Ao ver que eles haviam saído, Cássia foi pedir ajuda a duas primas de Paulo [Maria Martha Antunes da Silva e Célia Maria Antunes da Silva], que moravam no mesmo prédio. Pretendia avisar a irmã de Paulo, Maria Aparecida Antunes Horta, militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo), de que ele havia sido preso e que ela própria estava sendo procurada. A intenção das forças de repressão era fechar ainda mais o cerco ao Molipo, prender Maria Aparecida Antunes Horta – a quem todos chamavam de *Cida* – e Sílvia Peroba Carneiro Pontes, seu contato na organização, e liquidar com os militantes que ainda atuavam em São Paulo¹¹⁸. Paulo e Cássia não tinham ligação orgânica com a Ação Libertadora Nacional (ALN) ou com o Molipo, mas tiveram contato com Sílvia no período em que morava com *Cida* – e, portanto, para a repressão, eram terroristas em potencial.

Cássia e as duas primas de Paulo tomaram, então, um táxi, dirigiram-se à residência de *Cida* e tentaram convencê-la a deixar o país, porque corria risco de vida. Durante a conversa, que ocorreu no pátio do prédio em que *Cida* vivia, Cássia – coincidentemente – viu passar pela rua duas viaturas, uma das quais transportava Paulo, cujo rosto estava bastante deformado e ostentava visíveis marcas de tortura. *Cida* decidiu atender ao conselho de Cássia, que lhe pediu que não a procurasse mais, porque era vigiada o tempo todo. Nunca mais se viram. *Cida* passou a noite em uma igreja. Algum tempo depois, mudou-se para o Chile e, com a queda de Salvador Allende, passou a viver em Cuba com a filha, fruto do relacionamento com Antonio Benetazzo (1941-1972), primeiro comandante do Molipo, que viria a ser morto sob tortura em 1972¹¹⁹.

As duas primas de Paulo foram também presas. Uma delas contou, sob coerção, que Cássia havia entrado em contato com *Cida* – e, por isso, Cássia foi presa novamente. O próprio Sérgio Paranhos Fleury, delegado titular do Dops, interrogou-a, dizendo que não entendia como pessoas estudiosas e inteligentes, oriundas da classe média, haviam escolhido resistir à ditadura ou mesmo entrar para a luta armada. Cássia respondeu-lhe que, antes da prisão, não se interessava tanto pelos motivos da exclusão social nem pela resistência à ditadura, mas – privada de liberdade – havia “entendido a verdade”¹²⁰. Cássia, Maria Martha e Célia Maria foram arroladas como testemunhas no processo contra Paulo Antunes Horta, e em nenhuma vez a prisão delas foi mencionada nos arquivos do Dops ou nesse mesmo processo. Segundo a documentação oficial, o depoimento de Cássia foi tomado em 19 de outubro de 1972, dois meses após sua prisão, juntamente com a de Paulo. Os depoimentos de Maria Martha e Célia Maria foram tomados supostamente no dia 10 de outubro desse ano. Portanto, é possível confirmar que a legalização da prisão de Paulo e de outros militantes do Molipo, assim como a investigação sobre toda a família Antunes Horta, só foi feita a partir de outubro de 1972, ocorrendo o julgamento do processo em abril do ano seguinte.

Nesses oito meses (de agosto de 1972 a abril de 1973), Cássia levava comida e produtos de higiene ao Dops e visitava frequentemente Celso Antunes Horta, irmão de Paulo, preso desde 1968 no Presídio do Barro Branco. Sempre que tinha conhecimento de que alguém seria morto, recorria aos bispos, principalmente Dom Paulo Evaristo Arns, e ao Conselho de Bispos, para tentar obter o apoio deles em defesa dos presos políticos ameaçados, o que continuou a ocorrer após a soltura de Paulo. Celso só foi libertado com a Lei da Anistia, em 1979¹²¹.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Sobre o Molipo, ver capítulo: Um Caso Exemplar: o Molipo na EPM.

¹¹⁹ LUPERNI, Cássia Maria. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 jan. 2016. Neste relatório também se encontram biografias de Paulo Antunes Horta e Maria Aparecida Antunes Horta, além de um capítulo sobre as prisões de 1972 na EPM.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Lei n° 6.683, de 28 de agosto de 1979.

A partir dos trabalhos com a Diocese, Cássia e Paulo aproximaram-se da Teologia da Libertação, organizando um movimento que desfrutava de certa proteção por ser ligado à Igreja. Paulo continuou seus estudos e formou-se em 1976, ano em que o casal se mudou para Itapuranga (GO), com o objetivo de amparar a população local e trabalhar no Hospital dos Trabalhadores Rurais. A união entre Cássia e Paulo perdurou até 1978, quando ela se transferiu para Brasília, após ser aprovada no vestibular de Biomedicina da Universidade de Brasília (UnB). Nos finais de semana, voltava a Itapuranga para ficar com os filhos. Entretanto, várias circunstâncias afetavam suas relações de convivência nessa cidade goiana, desagradando-a profundamente; por isso, decidiu interromper seus estudos e voltar para a casa dos pais em Guaratinguetá. Celso Horta, que fora solto em novembro de 1979, foi até Cássia e pediu-lhe que considerasse voltar a Goiás. Assim, prestaria apoio a Paulo, que poderia intensificar a atuação política e conseguir mais recursos, o que não aconteceria se os dois se separassem formalmente. Nesse mesmo ano, Cida voltou do exílio e todos passaram o Natal em Guaratinguetá. Paulo e Cássia voltaram, em seguida, a Itapuranga. Cássia continuou seus estudos na UnB, até que, dois anos depois, separou-se definitivamente de Paulo. Com seu novo companheiro, mudou-se para Minas Gerais, onde começou a trabalhar como professora na Faculdade de Enfermagem de Passos, posteriormente anexada à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)¹²².

Paulo Antunes Horta Jr. e Antonio Carlos Luperni Horta, os dois filhos que teve com Paulo Antunes Horta, também exercem militância política, especialmente na área do meio ambiente. O primeiro é biólogo marinho e pesquisa os efeitos do aquecimento global, enquanto o segundo é engenheiro físico, atuando inclusive para minimizar os impactos causados pela ruptura da barragem pertencente à empresa Samarco na recente tragédia de Mariana (MG).

Como professora universitária, Cássia mantém a militância política, por meio do ensino das disciplinas de Epidemiologia e Saúde Ambiental, pois adquiriu “uma formação ideológica muito forte, pela equidade [e] contra toda espécie de exclusão e desigualdade”¹²³.

39

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais: um relato para a história*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 312 p.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. v. 1. 976 p.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil - Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3. 740 p.

GASPARI, Élio. *As ilusões armadas: a ditadura escancarada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. v. 2. 560 p.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 368 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Política e Social. *Assentada a 2ª testemunha*. 19 out. 1972. 2f.

¹²² LUPERNI, Cássia Maria. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 jan. 2016.

¹²³ Idem.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Autos de inquérito policial complementar da Organização Molipo*. 16 out. 1972. 531 f.

VENTURA, Zuenir. *1968: o que fizemos de nós*. São Paulo: Objetiva, 2014. 216 p.

DEPOIMENTOS

HORTA, Maria Aparecida Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 15 dez. 2015.

HORTA, Paulo Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 nov. 2015.

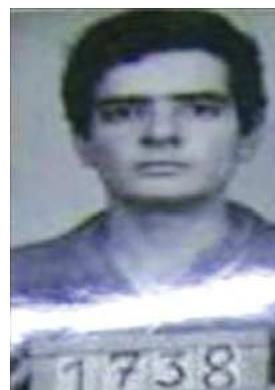
LUPERNI, Cássia Maria. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 jan. 2016.

2. LUIZ CARLOS AIEX ALVES

Data e local de nascimento: 20/2/1948, São Paulo (SP)

Preparo da documentação: Frederico de Oliveira Foini e Daniel Martins

Texto escrito por: Frederico de Oliveira Foini



Luiz Carlos
Aiex Alves
(acervo: DOPS/
APESP)

Luiz Carlos Aiex Alves, também conhecido por *Aiex*, nasceu em 20 de fevereiro de 1948 e, em 1966, aos 18 anos de idade (incompletos), ingressou na Escola Paulista de Medicina (EPM). Conforme relatou em seu depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML)¹²⁴, em 1967 interessou-se pela atividade do Centro Acadêmico Pereira Barretto (CAPB) e, no ano seguinte, passou a fazer parte de sua diretoria. Além das funções que exercia nesse órgão, era um dos responsáveis pelo jornal do CAPB: *O Barretinho*. Durante o período em que produziu e divulgou esse periódico, ele e seus colegas tinham receio de que os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) viessem ao CAPB e apreendessem o aparelho então utilizado para a reprodução de cópias: o mimeógrafo. Por isso, levou-o para a casa de sua mãe, onde passou a ser produzida a maior parte das edições do jornal. No início, com Alberto Liberman e, depois, com José Eduardo Penido Moncau, o *Peninha*, ambos colegas da EPM, passavam noites inteiras elaborando essa publicação, que seria distribuída no campus da instituição, na Vila Clementino. Em função de sua atividade como membro do centro acadêmico, foi indicado como um de seus representantes no XXX Congresso da UNE, que seria realizado em Ibiúna, em outubro de 1968. O CAPB tinha o direito de designar dois representantes e, por isso, foi também indicado Rubens Belfort. Por ter recusado o convite, este foi substituído por Rubens Werner.

O local onde ocorreria o congresso não era conhecido publicamente, e *Aiex*, então com 20 anos, teve de aceitar as regras estabelecidas pelo comando da entidade para integrar-se ao evento. Assim, no dia 9 de outubro de 1968, uma quarta-feira, às 17h, compareceu ao local combinado com uma das organizadoras do encontro, Regina Elza Solitrenick – segundo ele, nas redondezas da USP. Desse ponto, foi levado a outro, que lhe era completamente desconhecido: quando perguntava onde estava, recebia a resposta de que essa informação era sigilosa e não poderia ser revelada. Ali passou a noite, junto de outras dezenas de pessoas. Na quinta-feira foi levado ao

¹²⁴ ALVES, Luiz Carlos Aiex. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 2 jun. 2014.

congresso, que se estendeu até o dia seguinte. No sábado, dia 12 de outubro¹²⁵, pela manhã, foi preso com os demais participantes, após a chegada de policiais militares, que se aproximaram aos gritos, atirando para o alto. Dali foram levados ao Presídio Tiradentes¹²⁶, depois ao Presídio Carandiru e, enfim, ao Dops. Nesse órgão, foram fichados e soltos, apesar de alguns colegas – como Rubens Werner e Regina Elza Solitrenick – terem ali permanecido por mais tempo.

Sobre o momento da prisão, *Aiex* relata duas lembranças que o marcaram especialmente. Uma delas foi a possibilidade de ter tentado escapar, fugindo pela mata que circundava o sítio onde o congresso era realizado. Isso ocorreria enquanto caminhava junto com outros estudantes, em direção aos caminhões da Polícia Militar que os transportariam para São Paulo. “Embora pudesse ter tentado, eu não o fiz, porque queria, de fato, ser preso.”

A outra foi o comentário ouvido entre dois policiais. Ao assistir à prisão de todos aqueles estudantes, um deles disse mais ou menos o seguinte: “Mas essas pessoas não trabalham?” “Era preciso mesmo reconhecer que, de fato, nós não trabalhávamos. Senão, como poderíamos estar lá? Qual seria, então, a motivação que me levava a participar de tudo aquilo? Talvez até hoje eu não tenha uma resposta plenamente satisfatória para essa pergunta.”

No segundo semestre de 1969, *Aiex*, que se interessava pelo jornalismo, em função de sua experiência na EPM com *O Barretinho*, dispôs-se a buscar emprego em jornais. Fez testes em alguns deles e foi aprovado na *Folha de S. Paulo*. Com isso, em 1970 continuou os estudos de Medicina e passou a trabalhar na *Folha*, desligando-se do centro acadêmico. Nesse mesmo ano, foi preso em sala de aula pelo Dops¹²⁷. Durante a aula de Nefrologia, ministrada pelo docente Daniel Sigulem, na qual *Aiex* iria apresentar um trabalho em seminário, três homens apareceram à porta, acompanhados por seu irmão, José Roberto Aiex Alves, que havia sido obrigado a levá-los até ele. Dois deles adentraram a sala, localizada no 3º andar do prédio dos Ambulatórios da EPM, e chamaram por *Aiex*, que saiu do recinto, em meio à apresentação, sem dizer nada. Um dos agentes que o prenderam disse: “Se você correr eu te mato.” Sobre esse episódio, o professor Dr. Daniel Sigulem¹²⁸ e um aluno, o Dr. Luiz Aurélio Mestriner¹²⁹, prestaram seus depoimentos, confirmando posteriormente o ocorrido. Da EPM foram à casa de *Aiex*, onde estavam outros dois policiais, que vigiavam sua mãe. Lá o prenderam e o levaram à Oban. Segundo ele, foi uma experiência amedrontadora, embora recebesse apenas tapas e ameaças.

Do relatório em que foi transcrito seu interrogatório, constaram a participação na direção do centro acadêmico da EPM, a ida ao congresso de Ibiúna e a prisão ocorrida nesse evento. Além da informação de que trabalhara na *Folha de S. Paulo*, no período noturno, constou também a reprodução de uma de suas supostas declarações: “O depoente diz ter ideias esquerdistas e discutiu muito a respeito quando ainda era membro do diretório.” Sabe-se que Neuza Maria de

¹²⁵ CONGRESSO da UNE: todos presos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 1968. Primeiro Caderno, p. 1. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm>. Acesso em: abr. 2015.

¹²⁶ CONGRESSO da UNE: todos presos, *op. cit.*

¹²⁷ *Aiex* afirmou em seu depoimento que esse fato ocorreu por volta de julho ou agosto, mas no relatório da prisão consta o dia 26 de maio. BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Atividades da Operação Bandeirante*. São Paulo, 1970. 71 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI.

¹²⁸ SIGULEM, Daniel. *Declarações do Dr. Daniel Sigulem sobre a prisão política sofrida pelo Dr. Luiz Carlos Aiex Alves*. 25 jun. 2008. Arquivo pessoal de Luiz Carlos Aiex Alves. Sobre esse documento, *Aiex* faz a seguinte observação: “Fui apanhar essa declaração no consultório do Dr. Sigulem. Quando lhe agradeci, ele me respondeu: ‘Nós é que temos que agradecer!’ Para mim foi uma resposta surpreendente. Ela me ajudou a dar algum sentido à questão indiretamente levantada pelo policial quando da prisão em Ibiúna, 40 anos antes. Foi a primeira – e talvez a única – vez em que recebi um cumprimento por aquilo que tinha feito.”

¹²⁹ MESTRINER, Luiz Aurélio. *Declarações do médico Dr. Luiz Aurélio Mestriner sobre a prisão política sofrida pelo Dr. Luiz Carlos Aiex Alves em 1970*. 2 jun. 2008. Arquivo pessoal de Luiz Carlos Aiex Alves.

Souza Neto (*Nara* ou *Sílvia*)¹³⁰ citou-o como pertencente ao Comando de Operações da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Não se pode dizer se o real motivo de sua prisão abrupta fora essa citação, o histórico de trabalho no centro acadêmico ou a atuação como repórter da *Folha* – ou, ainda, uma junção de todos esses fatores. A veracidade de tal citação também é questionável, pois foi encontrada em um relatório da Oban, produzido em um período no qual a pressão por informações, a omissão e a parcialidade dos documentos elaborados pelos militares relativiza-os por si mesmos. Sabe-se que, durante o interrogatório, *Aiex* negou envolvimento com o movimento em que foi citado, dizendo que desconhecia o motivo dessas acusações. Segundo ele, logo perceberam que era uma acusação sem procedência e pararam com os tapas e ameaças. No dia seguinte, soltaram-no e pediram desculpas. Ele, então, deixou o local e dirigiu-se, andando, à sua casa¹³¹.

Continuou como repórter até 1972, quando se formou e saiu do jornal *Folha de S. Paulo*. Um fato interessante relatado em seu depoimento é que, logo depois de ter sido solto, foi falar com o diretor da EPM, Prof. Horácio Kneese de Melo. Argumentou: “Professor, fui preso aqui, no interior da própria Escola Paulista de Medicina. Como é que alguém pode invadir a faculdade dessa forma, retirar um aluno de dentro de uma sala de aula?” Ao que o diretor simplesmente respondeu: “*Aiex*, não mexa com isso, não!”

Resolveu afastar-se do jornalismo e focou seus interesses na carreira de psiquiatra. Em 1973, foi um dos participantes da primeira turma de residência médica em Psiquiatria da EPM. Em 1974, ainda residente, começou a trabalhar em um hospital psiquiátrico denominado Sanatório Charcot, localizado na Avenida Carlos Liviero, nº 120, na cidade de São Paulo.

Em 1981, passou a exercer as atividades no Serviço de Psiquiatria e Psicologia Médica do Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo. Conforme declarou, nessa última instituição apresentava-se, de início, como Luiz Carlos, e não como *Aiex*, para que não se lembrassem dele na época de estudante. Em seu depoimento, afirmou que não poderia deixar de relatar sua estranheza e desconforto em relação a esse vínculo com o passado. Sentia que fora um momento já terminado – e queria que pudesse ter sido diferente. Por quatro anos (dois mandatos) foi presidente da Associação Médica do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (Amiamspe), o que permitiu que depois participasse da diretoria do Sindicato dos Médicos e fosse eleito conselheiro do Conselho Regional de Medicina (Cremesp), na gestão de 2003-2008. “Apesar de eu não gostar de ser chamado de *Aiex*, graças às experiências do passado foi possível conseguir esses cargos, atuando na política médica”, disse.

FONTES

ALVES, Luiz Carlos *Aiex*. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 2 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Atividades da Operação Bandeirante*. São Paulo, 1970. 71 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI.

CONGRESSO da UNE: todos presos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 1968. Primeiro Caderno, p. 1. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm>. Acesso em: abr. 2015.

¹³⁰ BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Atividades da Operação Bandeirante*. São Paulo, 1970. 71 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI.

¹³¹ *Aiex* relata que após a segunda prisão decidiu afastar-se do movimento estudantil. Explica: “Tive a nítida sensação de que ocorria um massacre. Se continuasse, cedo ou tarde acabaria preso ou morto. De qualquer forma, não era aquilo que eu queria para mim.”

MESTRINER, Luiz Aurélio. *Declarações do médico Dr. Luiz Aurélio Mestriner sobre a prisão política sofrida pelo Dr. Luiz Carlos Aiex Alves em 1970*. 2 jun. 2008. Arquivo pessoal de Luiz Carlos Aiex Alves.

SIGULEM, Daniel. *Declarações do Dr. Daniel Sigulem sobre a prisão política sofrida pelo Dr. Luiz Carlos Aiex Alves*. 25 jun. 2008. Arquivo pessoal de Luiz Carlos Aiex Alves.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Carlos. *Araguaia: histórias de amor e de guerra*. Rio de Janeiro: Record, 2014. 504 p.

MULLER, Angélica. Violações de direitos humanos na universidade. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014. p. 258-288. Disponível em: <www.cnv.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 448 p.

_____; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 171 p.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. 356 p.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-92.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 320 p.



CAPÍTULO 4

DEPOIMENTO: NESTOR SCHOR



Folha de S. Paulo noticia acampamento dos alunos em frente ao HSP em novembro de 1967
(acervo Folha de S. Paulo)

CAPÍTULO 4

DEPOIMENTO: NESTOR SCHOR

Março de 2016

Observação: Em audiência pública, o Prof. Dr. Nestor Schor ofereceu depoimento, que está transcrito neste relatório. Trata-se de um segundo depoimento, que foi solicitado – e prontamente atendido pelo docente – para esclarecimento de algumas dúvidas.

Celso Bianco se formou cinco anos antes de mim. Por acaso, ele é meu primo – a mãe dele era irmã do meu pai. Seu nome completo é Celso Schor Bianco. Ele vem de uma família bem ativista, especialmente por parte do pai, José Bianco. José Bianco e meu pai faziam parcerias para ir às fábricas, fazer discurso nas ruas etc. Celso Bianco frequentou aqui a Escola Paulista de Medicina e fez Imunologia. Na ocasião do golpe, a situação ficou muito indeterminada. Eu tenho a impressão de que nessa época ele já estava formado. Nessa época, apareceu uma oportunidade: ele foi para os Estados Unidos, na New York University, e completou seus estudos. Especializou-se em bancos de sangue, foi presidente dos bancos de sangue de Nova York e, posteriormente, de todos os bancos de sangue dos EUA. Atualmente é presidente da Sociedade Internacional dos Bancos de Sangue e mora em Washington. Vem ao Brasil com muita frequência porque é solicitado para conferências, palestras etc. Que eu saiba, ele foi ativista enquanto estudante e foi um simpatizante do Partido [Comunista do Brasil]. Não era um militante do Partido, era mais o que se chamava de “esquerdinha” – nós éramos todos “esquerdinhas”. Na realidade, a gente pretendia ser contra o golpe, contra a ditadura militar, a favor de melhores condições para o povo, aquela coisa de “mais pão, menos canhão”, melhores condições de estudo... Ele foi bastante ativista aqui na Escola por melhores condições de estudo. Lá nos EUA não teve nenhuma atividade política, que eu saiba. Ele se profissionalizou e é um excelente médico e pesquisador. Que eu saiba, está aposentado. Participava de um grupo de ativistas, incluindo o Artur Beltrame Ribeiro, mas entrou no Partido uns dois ou três anos antes dele.

Os professores da Escola tinham um perfil heterogêneo – havia professores extremamente conservadores. Não vou falar reacionários, porque seria uma palavra inadequada, mas eles eram muito conservadores, a favor do golpe, da “revolução”. Apoiaram, fizeram uma comissão aqui de caça aos esquerdistas. Pessoas muito a favor da Escola Superior de Guerra, alguns chegaram a fazer curso lá. Do outro lado, havia os mais liberais e alguns mais à esquerda. Então, era um perfil bastante heterogêneo, com professores muito bons entre os liberais e os de esquerda, pessoas muito conhecidas, que possuíam muito respeito profissional. Nenhum deles chegou a incentivar ou permitir a greve, mesmo os liberais. No máximo, eles foram permissivos. Nós montamos barracas lá no Hospital São Paulo e não houve uma repressão acintosa ao movimento estudantil. Porque, na verdade, a bandeira da federalização do hospital naquela ocasião era generalizada – inclusive, todos os grupos e matizes aceitavam que a federalização era uma escapatória para solucionar os problemas.

Fora isso, tínhamos uma segunda luta nossa, que hoje até dá vergonha de falar: a gente era contra o INPS [Instituto Nacional da Previdência Social]. Nós entendíamos que os hospitais seriam privatizados de certa forma, e nós perderíamos leitos de ensino. A crítica era essa: a gente oferecia uma má saúde, mas oferecia saúde à população. Naquela ocasião, o paciente era chamado de RG, ou seja: aquele que não tinha uma qualificação, não tinha nenhum suporte econômico, era um indigente, não tinha direito a nada. O hospital atendia graciosamente, às

custas da gente, com as verbas que a gente recebia de diversas fontes. Essa era uma segunda linha de batalha, naquela ocasião mal entendida por nós. Depois entrou o INPS e nós percebemos que ele melhorava as nossas condições; diminuiu o número de indigentes, todo o mundo tinha direito, era possível uma série de intervenções médicas com as quais anteriormente nós tínhamos mais dificuldade.

O movimento pela federalização foi aumentando, nós fomos a Brasília, acampamos em Brasília etc. Eu fui vice do JB [Paulo José Britto de Castro] na presidência do CAPB [Centro Acadêmico Pereira Barretto] e, na gestão seguinte, fui presidente. Nós dois montamos uma associação dos estudantes de Medicina e fizemos congressos, vários documentos a favor da melhoria do ensino, da integração do ensino, do ensino médico mínimo para todas as universidades, uma pauta que ainda hoje seria válida.

Os professores favoráveis à federalização, mais liberais, eram mais simpáticos com a gente, e os que eram mais conservadores toleravam a gente porque eram a favor da bandeira, mas não queriam aquele tipo de enfrentamento, de “arruaça”. Nós, aos poucos, fomos descobrindo que a federalização amarrava todo o sistema financeiro do hospital, ficávamos muito dependentes da regulamentação federal de funcionamento. Então, para incorporar funcionários era difícil, dependíamos de Brasília, era tudo mais difícil. E descobriu-se que havia formas muito mais rápidas e objetivas de realização. Então a SPDM [Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina] começou a crescer... Todos nós começamos a fazer núcleos de estudos, depois institutos, depois fizeram a fundação, para podermos ter mais maleabilidade, para captar mais dinheiro e para poder usar esse dinheiro. Porque o dinheiro que a gente captava ia para uma caixa comum em Brasília, e aí era um fundo perdido, um buraco negro, não se podia mexer, contratar ou dispensar pessoal. Ficou meio a meio, uma parte foi federalizada, os funcionários foram federalizados, mas o hospital não. A greve foi-se esgotando, eu não tenho agora a linha do tempo, mas depois do AI-5, [Jarbas] Passarinho fez, dentro do Ministério da Educação, aquela lei para expulsar alunos [Decreto-Lei nº 477]. Inclusive vários professores da Escola se levantaram na Congregação pedindo a expulsão dos líderes [do movimento estudantil], mas isso foi abafado. Já eram poucos os professores mais conservadores que queriam acabar com o movimento dos estudantes. E isso mais ou menos coincidiu com o amadurecimento de falar que a federalização talvez não fosse tão boa quanto nós pensávamos.

O [professor] Horácio [Kneese de Mello] era um homem correto, íntegro... Era absolutamente conservador, de família tradicional, mas ele entendia o jovem e entendia a federalização como positiva naquele momento, e protegia os alunos. Não só o Horácio, como vários outros professores mais liberais, bloquearam a aplicação do AI-5 dentro da Escola. Não se aplicou a ninguém o que estava previsto no AI-5.

Ainda em 1968, no ano da grande greve, saiu um decreto que federalizou parte dos funcionários. Por isso, houve um esvaziamento natural do movimento grevista e terminamos com a greve.

Lembro-me de que tivemos uma discussão muito grande no CAPB, após o AI-5, sobre aderir ou não à luta armada. A gente já tinha feito o movimento da Unem [União Nacional dos Estudantes de Medicina], já tínhamos feito um primeiro encontro, se não me engano, e tínhamos uma união muito forte com as escolas de Medicina do Estado de São Paulo. A minha turma, em especial, estava naquele momento com todos os nossos amigos e colegas presidentes de centros acadêmicos, desde Sorocaba, a Santa Casa de Misericórdia, a USP. Nós começamos a discutir porque vários grupos, principalmente da USP, o Cabral em especial, estavam puxando muito para essa opção de luta armada. O Chael [Charles Schreier] estava na Santa Casa de Misericórdia, era um pouco mais jovem, mas não participava das discussões do centro acadêmico, ele já estava radicalizado. Eu lembro que a gente falava: “Não dá, o país não está preparado para uma luta armada, isso aí é ‘furada’.” E eles: “Não, já está na hora, não tem outro caminho, não tem resposta.” E aí um grupo decidiu ir para a luta armada, eu me lembro até de ser muito

próximo desse grupo. Inclusive o grupo do [Carlos] Marighella, a Aliança Libertadora [Nacional], estava fazendo muita força para levar a gente para o movimento, para treinamento de tiro etc. É interessante que, naquela ocasião, a UNE [União Nacional dos Estudantes] e a UEE/SP [União Estadual dos Estudantes de São Paulo] tinham aquele ministro que está preso... o [José] Dirceu aqui em São Paulo. Ele e outros vinham comer aqui porque não tinham onde comer, e a gente roubava a documentação para eles, a gente oferecia casa para eles dormirem por uma noite ou duas... Então, havia essa discussão sobre decisão entre a luta armada e manutenção da resistência, mas daí eles desapareceram porque foram para a clandestinidade. Aqui dentro da Escola nenhum de nós foi para a clandestinidade. Nem o Erkki Larsson nem o Artur Beltrame optaram por luta armada, ninguém da nossa Escola foi morto, que eu me lembre.

Em 1969, participei – juntamente com o JB – de um encontro científico dos estudantes de Medicina, realizado no CAPB, de forma não clandestina. E dessa reunião saiu um documento muito bom, que eu mandei para o centro histórico da Escola. Mandei porque, uma das vezes em que fiz a limpeza de materiais antigos, havia bastante coisa dessa época e mandei para lá. Espero que eles tenham guardado. Tenho o recorte de uma revista só de documentos políticos, do início ao fim, relacionados à Medicina, e eu lembro que aquilo foi muito bom. O “científico” era uma forma de driblar a repressão, já que a Unem deveria ter sido extinta. Utilizando a “ciência”, a gente falava dos problemas das escolas de Medicina, dos hospitais universitários, do ensino médico, da residência, da profissão, enfim... Eram esses os tópicos. Eu não me lembro dos anos seguintes, acho que já estava no quinto ano e tinha que me preparar para a residência, para os exames, e me profissionalizei.

Fiz residência na Escola, mas não participei dos movimentos da associação de alunos residentes, porque isso veio depois. Quem começou com isso – eu me lembro – e participou bastante foi o Sérgio Tufik. Ele fez bastante coisa, acho que foi presidente da associação. Mesmo o Miguel Jorge teve atividade na associação. Naquela ocasião, eu já estava na pós-graduação, já estava “maluco total”. O Tufik é da minha turma, fizemos cursinho juntos. Ele estudou na Santa Casa de Misericórdia e foi fazer pós-graduação em Ribeirão Preto. Depois, veio para cá.

A Unem tinha uma organização mesmo após a Lei Suplicy, mas não tinha uma abrangência nacional. Era algo mais ou menos estruturado, a gente conseguia verbas para manter essa organização, coisa que depois não conseguimos mais. Por isso também a gente se fortaleceu em São Paulo, porque o custo da organização era baixo, utilizávamos os próprios prédios das nossas universidades, não havia passagem, estadia, nada dessas coisas... Isso é mais ou menos o que eu lembro. Vinha bastante gente de outros Estados, as pessoas tinham menos medo, porque era o tipo de encontro que tinha menos repressão.

Com a diretoria do Jair Guimarães, a diretoria da Escola e da SPDM voltaram a se fundir. Ele aproveitou-se do fato de que antigamente as duas entidades entravam em choque o tempo todo e pensou que uma direção única acalmaria a situação. Nos anos 2000, houve um problema com a diretoria do Ulysses, porque o Ministério Público passou a ser muito ativo e considerava que isso era ilegal. Mas, até então, não, porque a SPDM era um suporte para a Escola, na realidade. Nós todos entendemos, e eu ainda continuo entendendo, que houve um rigor legal inadequado, quer dizer, o que podia ser feito era conferir melhor. Não existia ainda uma Procuradoria das fundações, isso é algo que existe hoje e funciona super bem. Uma coisa é ter desvio de verba, não estar funcionando direito, mas a justificativa foi que a SPDM e a Escola não poderiam ficar juntas. A Escola padece muito por conta disso.

O CAPB mantém a bandeira da federalização do hospital, e nos anos 1970, mesmo com o Horácio Kneese, houve uma aproximação do movimento com a diretoria, a gente tinha as portas abertas. Isso começou com o Nylceo [Marques de Castro]. A partir de 1980 eu já não participava mais da Congregação, participei só até me formar, em 1972. Depois disso, vi que os alunos tinham muita liberdade, não havia uma repressão formal. Acho que ainda não há repressão. Eu fiquei tão atrapalhado que não consegui me manifestar há duas reuniões atrás do Conselho Universitário

em que o presidente da associação dos docentes se manifestou. Não sei se transcreveram tudo o que ele falou, mas foi um discurso tão antigo, retrógrado. Não sei como o CAPB está agora, mas essa bandeira [de federalização do hospital] é uma bandeira antiga, cabia naquela ocasião, mas agora é diferente. Não sei como está a politização dos alunos hoje na Escola... Naquela ocasião, entrei no grupo do Artur, do Erkki, do Marco e do Ladislau Ungar, e a gente fazia grupos de estudos políticos, discutia a universidade, o estudo de Medicina etc. Mantivemos esse padrão por alguns anos, a gente formava quadros interessados não só em anatomia, histologia e tal. Depois disso, acho que isso foi acabando. Não sei hoje como os quadros do centro acadêmico são formados, se isso é espontâneo... Acho estranho que eles não promovam discussões/debates, não sei de onde vêm ou qual a implicação dos partidos dentro da Escola, lembro que havia muito disso certa época.

A gente [da Unem] queria incluir no curso de Medicina as disciplinas de filosofia, história da ciência, ética... Acho que essa discussão se perdeu. Até existem as disciplinas, mas não estão dentro do currículo oficial, são matérias eletivas. E é um absurdo um médico se formar sem conhecer história da Medicina, história da ciência, ética, humanização da Medicina, práticas milenares... A gente fala que a nossa Medicina é tradicional, mas ela é ocidental. A Medicina tradicional não está sendo ensinada em nenhuma instituição, e a população usa. Então, a gente precisa entender um pouco disso.

Lembro-me de quando um antigo diretor nosso, Nader Wafae, que era da Gastro e, depois, da Morfologia, foi presidente da Adunifesp. Estimulou bastante essa associação, e depois veio o Ulysses, que foi bastante aguerrido pelos docentes, mas não me lembro muito da Adunifesp nos anos 1970. Não me lembro dos docentes terem uma pauta reivindicatória aberta, declarada, com manifesto. Não me lembro de nada oficial, era tudo oficioso. A gente via os professores mais liberais chamando um ou dois alunos para os gabinetes para conversar, mas eles não publicizavam. A gente sabia por cochichos, mas eles nunca fizeram declarações oficiais. Eu me lembro desse diretor, Nader Wafae – já não me lembro em que ano foi –, que foi presidente da associação dos docentes. Só mais recentemente é que os funcionários se organizaram. Na minha memória, é muito interessante essa relação entre público e privado porque propiciou o desenvolvimento da Escola. O fluxo de dinheiro entre a SPDM - EPM era bilateral. Fui entender isso depois, quando fui pró-reitor, porque ia ao gabinete do diretor e ele falava: “Pois é, você acha que a Escola passa para lá ou para cá?” “Pois é, de lá para cá vem funcionário, as coisas do hospital vêm para cá, mas quando está ruim vão daqui para lá...” Era difícil fazer a contabilidade do hospital, porque era um imbricamento total, mas era isso que a gente queria mesmo.



CAPÍTULO 5

REFLEXÕES



Imagem: historiaillustrada.com.br

CAPÍTULO 5

REFLEXÕES

I. AQUI ESTÁ PRESENTE O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Vinícius Faustino Ferreira da Silva

“Não estamos perdidos. Ao contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender.”

Rosa Luxemburgo

O movimento estudantil teve notável participação em momentos históricos importantes do Brasil. Encampou lutas sociais, como a democratização do ensino superior público, a permanência estudantil nas universidades públicas e a luta por direitos sociais, tendo sido, além disso, um dos principais protagonistas da resistência durante o período da ditadura civil-militar brasileira.

Muito se escreveu e produziu em relação ao movimento estudantil durante a ditadura, período no qual estudantes foram perseguidos, torturados e mortos.

As principais organizações de resistência ao regime militar eram compostas, em grande parte, por estudantes. A maior entidade estudantil na época era a União Nacional dos Estudantes (UNE), que foi posta na ilegalidade assim que se deu o golpe, mas isso não foi o bastante para frear o ímpeto de luta que ela demonstraria. Congressos, passeatas, greves e ações diretas fizeram parte do cotidiano do movimento durante os “anos de chumbo”. Alguns dos episódios centrais desse período, lembrados até hoje, foram protagonizados por estudantes, como o Congresso da UNE em Ibiúna (SP), que foi invadido pela polícia política e levou à prisão centenas de jovens.



Secundarista Edson Luís é assassinado pelo comandante da tropa da Polícia Militar no Rio de Janeiro – Imagem: Folhapress

Citam-se, ainda, as passeatas com milhares de pessoas, após a morte do estudante secundarista Edson Luís, com apenas 17 anos, no restaurante estudantil conhecido como Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, quando o local foi invadido por policiais militares por conta de uma tentativa de manifestação dos que ali se concentravam. Edson Luís foi morto por um tiro de arma de fogo disparado pelos policiais e, instantaneamente, os estudantes organizaram um grande cortejo até a Assembleia Legislativa do então Estado da Guanabara, denunciando a morte do adolescente.

Nesse período, mesmo na ilegalidade e perante a repressão, a UNE conseguia reunir estudantes universitários e secundaristas de vários lugares do Brasil, em enfrentamentos contra o regime militar. Foi um dos primeiros setores a radicalizar, posicionando-se contra o acordo MEC-Usaid¹³² e participando das lutas diversas da

¹³² “Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (Usaid). Visavam estabelecer convênios de assis-

sociedade brasileira em busca da democracia. “Apesar da legislação repressiva, o movimento não deixou de fazer greves e passeatas para protestar contra a política universitária, que, em muitos casos, emulava o autoritarismo do regime.”¹³³ Posteriormente, as políticas repressivas conseguiram a desarticulação momentânea das organizações estudantis, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5, que foi fundamental nesse processo em 1968. Além disso, no início de 1969 foi instituído o Decreto-Lei nº 477, comumente chamado AI-5 das universidades, que serviu para punir professores, alunos e funcionários, acusados de subversão ou resistência ao regime militar¹³⁴. Os estudantes da Escola Paulista de Medicina (EPM) não foram atingidos por esse decreto; todavia, a partir de 1968 houve uma recorrência de casos de estudantes da EPM presos e torturados pelo aparato repressivo do regime.

O movimento estudantil conseguiu reestruturar-se na segunda metade da década de 1970, período no qual os estudantes que não aderiram à luta armada como forma de resistência, ou que aderiram, mas já não viam mais essa forma de luta como possibilidade, conseguiram retomar suas ações e organizar diversas passeatas que tinham como principal mote o apelo pela democracia e pela liberdade. Além disso, nesse período também se iniciou a luta pela anistia aos perseguidos políticos do regime militar, na qual os estudantes tiveram participação fundamental. As organizações políticas apostavam na chamada “política de massas para combater o regime”¹³⁵. Em 1979, os estudantes conseguiram articular-se e refundar a UNE¹³⁶, em um congresso na cidade de Salvador (BA), no mesmo período em que a luta operária ganhara grande força, produzindo greves com milhares de trabalhadores nas ruas e assembleias. Foi o momento de enfraquecimento do regime militar, que já se preparava para o processo de redemocratização.

Com o fim da ditadura, o movimento estudantil viveu um momento de reorganização de suas fileiras e pautas. Foi um momento de efervescência da luta política e, ao mesmo tempo, de novas etapas, pois a democracia se instaurara recentemente. Vivia-se a reabertura dos diretórios centrais nas universidades e dos grêmios nas escolas básicas. Os setores organizados estruturavam-se principalmente



Eleições e congresso de refundação da UNE em 1979 – Imagem: Folhapress

tência técnica e cooperação financeira para a educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) até o ensino superior. (...)”

Verbete disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid.htm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

¹³³ NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 232.

¹³⁴ “Os professores atingidos ficavam impossibilitados de trabalhar em outra instituição educacional por cinco anos, ao passo que os estudantes ficavam proibidos de cursar qualquer universidade por três anos.” PALMAR, Aluizio. Lei 477 – O AI-5 das universidades. *Documentos Revelados*, Foz do Iguaçu (PR), 1º jun. 2012. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/lei-477-o-ai5-das-universidades/>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

¹³⁵ NAPOLITANO, op. cit., p. 233.

¹³⁶ Ver neste relatório o depoimento de Paulo Puccini.

em torno da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, com o movimento estudantil, não foi diferente. Nas eleições presidenciais de 1989, as organizações estudantis, como a UNE, ajudaram a construir a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. Também nesse ano, os quadros gestores dessa entidade tornaram-se hegemônicos em torno do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que, a partir da década de 1990, tornar-se-ia aliado histórico do PT.

Com a derrota de Lula para o candidato Fernando Collor de Melo, criou-se um grande vazio na esquerda em torno do PT. A candidatura criada com base nos preceitos de luta da classe trabalhadora não havia conquistado todos os setores trabalhistas, e o projeto petista sofreu um revés. A partir da derrota eleitoral, os setores majoritários do PT iniciaram o processo de alianças para garantir uma vitória eleitoral expressiva e a chance de governar o país. A corrente Articulação, liderada por Lula, tornou-se hegemônica na direção do partido e, com isso, houve uma grande alteração nos rumos da agremiação, com o distanciamento em relação a seus princípios fundadores e os compromissos com novos setores para gerir o Estado.

De um conglomerado de tendências passara à firme hegemonia de uma delas, a Articulação. Dos compromissos com os movimentos sociais, à dinâmica absorvente dos calendários político-eleitorais. De um partido de líderes sociais a um partido de parlamentares, de prefeitos, de executivos, de assessores. (...) Não se quer afirmar que estas metamorfoses tivessem se realizado de forma integral. Que as características presentes na gênese do PT tivessem se dissolvido no ar. Mas é como se as novas referências relacionadas acima estivessem agora predominando, conferindo à dinâmica do Partido um rumo distinto, diferentes e imprevistos horizontes.¹³⁷

Em paralelo a esse processo de transformação do PT, a década de 1990 foi um período de grandes derrotas para toda a esquerda brasileira devido à complexa conjuntura, haja vista as reverberações da queda do muro de Berlim, a “derrota” do comunismo, o avanço das políticas neoliberais e a expansão do capitalismo. A classe trabalhadora viveu, assim, um momento de difícil reorganização das lutas sociais.

Em 1992, ocorreu o processo de derrubada do primeiro presidente eleito diretamente no Brasil, após o fim da ditadura militar. As manifestações *Fora Collor* ganharam adesão massiva do movimento estudantil, após inúmeras denúncias de um grave esquema de corrupção que envolvia o presidente e a adoção de políticas governamentais que não tiveram apoio popular. Esse movimento ficou conhecido historicamente como dos Caras-Pintadas, pois uma de suas características era a pintura do rosto dos jovens com tintas cujas cores representavam a bandeira brasileira.

As principais organizações que participaram das mobilizações contra o então presidente Fernando Collor – acusado de receber vantagens financeiras em esquema de corrupção articulado pelo tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Farias – foram o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a renovada União Nacional dos Estudantes (UNE). Estas e outras entidades políticas compuseram um fórum pelo *impeachment* do presidente. Nesse processo, a UNE despontou como um dos principais grupos, e seu presidente, Lindbergh Farias, tornou-se o porta-voz da entidade. Ele era membro filiado ao PCdoB e já demonstrava a hegemonia do partido na direção da entidade ao transmitir todas as suas linhas políticas em congressos e mobilizações. A UNE

¹³⁷ REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil - Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.3, p.16.

conseguiu organizar os estudantes de diversas universidades e colégios para irem às grandes manifestações que tomaram as principais capitais do país.

A hegemonia da União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao PCdoB, na direção da UNE começou em 1991 e perdura até a gestão atual, sendo esse processo alvo de constantes críticas dentro do movimento estudantil. A burocratização e o aparelhamento dos quadros diretivos da UNE foram as principais críticas à atuação da entidade nas duas últimas décadas. Esse processo aprofundou-se a partir de 2002 com as eleições presidenciais, quando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, conseguiu vencer as eleições no segundo turno. A UNE apoiou publicamente sua candidatura, e isso se expressou de maneira simbólica quando o Ministro da Educação do primeiro governo Lula, Cristovam Buarque, participou do congresso da entidade. Outro ponto importante que refletiu essa aproximação foi o fato de que a principal fonte de financiamento da organização provinha do governo federal. Por um longo período, este deteve o monopólio da carteirinha estudantil, ou seja, exerceu o controle sobre o direito de administrar a produção de carteirinhas estudantis, que garantia o fornecimento de meia-entrada para atividades culturais e esportivas. Segundo a especialista Marta Zorzal, muitos militantes históricos do movimento estudantil organizado passaram a atuar dentro dos dispositivos de Estado, o que trouxe à tona novas questões para a entidade:



Estudantes fazem ato na Avenida Paulista pelo impeachment de Collor em 1992
Imagem: Eder Chiodetto/
Folhapress

Existiu uma grande transição. Pessoas que eram contra o Estado passaram a atuar dentro dele, não só pelas vias de participação popular criadas, como os conselhos e os orçamentos participativos, mas como dirigentes e diretores de instituições públicas. Paralelo a isso, existe um refluxo desses movimentos devido principalmente à legalização das atividades.¹³⁸

Essa institucionalização da UNE criou grandes divergências com os movimentos que se opunham à hegemonia do PCdoB na direção da entidade e à aproximação com a governabilidade petista. Nesse período outras entidades foram fundadas em contraponto à gestão da UNE, os congressos tornaram-se palco de disputas por cargos internos e os debates políticos perderam a centralidade para festas e eventos culturais. A burocratização atingiu nível elevado dentro da UNE e a subordinação aos interesses partidários minou a potencialidade das lutas estudantis em torno dessa organização. “A partidarização cria um estilo de intervenção que dificulta o surgimento de qualquer outra forma de manifestação ou expressão, limitando a própria forma de intervenção estudantil.”¹³⁹ Pautas históricas da UNE foram distorcidas dentro dos congressos,

¹³⁸ QUARTO, Leonardo. Movimento estudantil foi do mimeógrafo ao *flash mob*, da tortura ao passe livre. *Gazeta Online*, Vitória (ES), 10 jun. 2011. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/06/noticias/especiais/875043-movimento-estudantil-foi-do-mimeografo-ao-flash-mob-da-tortura-ao-passe-livre.html>. Acesso em: 25 jul. 2016.

¹³⁹ MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 66, p. 128, out. 2003.

como o apoio à proposta do MEC para a reforma universitária, que era tradicionalmente recusada pela entidade, levando assim à saída de diversos militantes por conta dessa e de outras divergências.

QUEM DISSE QUE SUMIU? OS ESTUDANTES RESISTEM...

Na década de 2000, o acesso ao ensino superior cresceu exponencialmente com programas como o Reuni, Prouni e Fies, além da inclusão de cotas raciais e sociais nos vestibulares em âmbito federal e estadual. Essas iniciativas permitiram um aumento considerável no número de estudantes aptos a frequentar as universidades públicas e privadas¹⁴⁰. Nesse contexto, as principais pautas do movimento estudantil organizaram-se em torno do ensino superior, seja quanto à democratização da escola pública e à melhoria dos programas de permanência nas universidades para estudantes de baixa renda, seja quanto à luta contra a privatização e precarização do ensino superior.

Na década de 2010, pode-se destacar o ano de 2012, quando ocorreu a maior greve das universidades federais no Brasil. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) iniciou a paralisação pela reestruturação da carreira docente e por reajustes salariais, além de estabelecer a pauta contra a precarização do ensino superior. A paralisação atingiu cerca de 90% das instituições federais, com a adesão de mais de 40 universidades. Os estudantes universitários apoiaram a estratégia docente e também deflagraram greve em muitas instituições; por sua vez, a maioria dos servidores das instituições federais seguiu as outras categorias e interrompeu as atividades. O movimento estudantil, que teve forte adesão nacional, ocupou prédios das universidades, realizou protestos em vias importantes e suspendeu as principais atividades em diversos pontos do país.

Na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) a maioria dos estudantes também paralisou as atividades, obtendo grandes avanços em suas reivindicações. Os estudantes da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH/ Unifesp), no Campus Guarulhos, permaneceram maior tempo em greve – cerca de cinco meses –, se comparado às demais universidades. Conseguiram importantes conquistas, como o compromisso de construção do prédio definitivo no bairro dos Pimentas e a garantia de melhoria para a assistência estudantil.

As mobilizações nas universidades federais reuniram, na quase totalidade, estudantes independentes, que receberam pouco apoio da UNE, principal entidade que, historicamente, encampava as lutas da categoria. Esses jovens buscaram novas formas de organização contra a precarização do ensino superior e o sucateamento das universidades por meio de um movimento combativo e independente que respondia a seus anseios.

Nos últimos anos, novos caminhos foram trilhados pelos estudantes, que têm vivido uma efervescência política notável, conforme exposição a ser feita mais adiante. Em face da atual conjuntura política e social no Brasil, outro ponto importante para entender o movimento estu-

¹⁴⁰ “Na última década, de 2001 a 2010, o crescimento do acesso ao ensino superior no Brasil foi de 110,1%. Os dados são do Censo da Educação Superior 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), que mostram também que, de 2009 a 2010, o número de brasileiros que buscam fazer um curso de graduação aumentou 7,1%. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste cresceu a participação percentual no número de matrículas de 2001 para 2010, em contrapartida ao decréscimo da participação das regiões Sudeste e Sul. (...)”

ENSINO superior cresce 110% em 10 anos no Brasil. *Terra*, São Paulo, 7 nov. 2011. Disponível em: <www.noticias.terra.com.br/educacao/ensino-superior-cresce-110-em-10-anos-no-brasil,35cbdc840f0da310VgnCL-D200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 25 jul. 2016.

dantil refere-se à fragmentação da esquerda, que persiste desde meados da década de 1990. As grandes pautas unificadas ficaram de lado e vemos o surgimento de pautas temáticas pulverizadas, que mobilizam a juventude em torno de questões identitárias e culturais. A formação de coletivos estudantis plurais, que proliferam cada vez mais, atesta esse fenômeno. Um exemplo é a luta feminista. De fato, nos últimos anos houve um crescimento exponencial no poder de mobilização em prol da igualdade de direitos das mulheres, com ampla participação dos setores estudantis universitários e secundaristas, que saíram aos milhares às ruas do país, reivindicando o fim da violência contra a mulher, a descriminalização do aborto e a erradicação do machismo presente nas escolas e universidades, entre outros pontos.

Os coletivos universitários, que – nesse contexto – surgiram em grande número, abordam questões diferenciadas dentro dos espaços das universidades públicas e privadas. Isso se expressa no âmbito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde são recorrentes as inúmeras atividades desenvolvidas, por exemplo, pelos coletivos feministas. São elas: rodas de conversa, oficinas, manifestações, grupos de estudo, projeção de vídeos e palestras. A temática dessas atividades está de acordo com a realidade da estudante e compreende, entre outros itens, a questão da permanência estudantil para as mães e seus filhos na universidade, os diversos tipos de violência de gênero e a cultura machista presente na tradição dos trotes universitários¹⁴¹.

Outra dimensão da militância estudantil revelou-se em 2013, quando houve um grande levante em todo o território brasileiro, protagonizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), contra o aumento das passagens de transporte coletivo. Os protestos, que se iniciaram no mês de junho, assumiram grandes proporções, levando centenas de milhares de pessoas às ruas em todo o país. Uma significativa parcela dos manifestantes era composta por estudantes secundaristas e universitários, muitos dos quais participavam pela primeira vez de marchas coletivas nas ruas. Na cidade de São Paulo, o MPL havia desenvolvido um amplo trabalho de base com alunos de escolas públicas, conseguindo mobilizar parte deles em atos menores, realizados antes de junho de 2013, o que deu maior fôlego às manifestações centrais contra o reajuste das passagens de ônibus, trem e metrô¹⁴².

Em 2015, outro momento importante das lutas estudantis ocorreu no Estado de São Paulo, quando o atual governador, Geraldo Alckmin, determinou um processo de reorganização escolar que fecharia diversas salas e escolas, transferiria uma grande parcela de estudantes para outras



Guarulhos, 2015: ato público do movimento de luta por creches na EFLCH/Unifesp – Campus Guarulhos – Imagem: Movimento por Creche na Unifesp (Facebook)

¹⁴¹ No ano de 2015, após inúmeras denúncias de casos de abuso e violência contra a mulher, ocorridos na área interna de universidades paulistas, foi realizada a CPI das Universidades, que investigou esses fatos. “Após 83 dias de investigações, mais de 100 pessoas ouvidas e um volume de aproximadamente 9 mil documentos, a CPI das Universidades chegou ao seu final nesta semana na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Foram 37 audiências que produziram um relatório final de 194 páginas, nas quais foram relatadas uma série de barbaridades vividas no mundo acadêmico paulista.”

ARAÚJO, Thiago de. CPI das Universidades conclui trabalho com suspeitas de mais de 110 estupros na USP e problemas crônicos com trotes e álcool. *Brasil Post*, São Paulo, 13 mar. 2015. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/03/13/cpi-universidades-sp_n_6863322.html>. Acesso em: 21 jun. 2016.

¹⁴² Esse processo pode ser visto no documentário *Primeiras chamadas: atos regionais das jornadas de junho*, produzido por militantes que acompanharam, em escolas públicas de São Paulo, os primeiros atos de 2013 contra o aumento da tarifa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ytqVbsMl6qs>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Junho de 2013: jovens manifestantes em protesto contra os reajustes da tarifa em Belo Horizonte – Imagem: *Mídia Ninja/Rede Brasil Atual*



unidades e demitiria centenas de professores e funcionários. Os secundaristas, em desacordo com a medida do governador, realizaram manifestações de rua em várias cidades paulistas e, a partir de novembro de 2015, ocuparam mais de 200 escolas estaduais contra a reorganização escolar.

As escolas cujas aulas foram paralisadas desenvolveram diversas atividades políticas, educacionais e culturais. Inspirados em um movimento semelhante ao dos estudantes no Chile, os secundaristas brasileiros ocuparam por quase dois meses as escolas e travaram ruas e avenidas em todo o Estado de São Paulo, até conseguirem barrar o projeto educacional

do governo estadual. A organização desses atos deu-se de forma independente e contou com pouco apoio das entidades estudantis tradicionais, como a UNE, Ubes e Umes. Esse fato pôde ser atestado pelo relato de vários estudantes secundaristas que participaram do processo vitorioso de luta e pela declaração de Cauê Borges, da Escola Estadual Fernão Dias Paes, contida no seguinte trecho de sua entrevista: “Entramos e fizemos uma assembleia. Decidimos ocupar. O primeiro dia foi uma demonstração de poder descentralizado. Conseguimos nos agrupar fora de partidos e de organizações burocráticas do Estado.”¹⁴³ As entidades estudantis tradicionais tiveram um papel irrelevante nesse processo e ficaram a reboque da mobilização independente secundarista.

Esses dois movimentos, de 2013 e de 2015, tiveram características comuns: ambos foram protagonizados por estudantes que rechaçavam as entidades estudantis tradicionais, em um processo descentralizado, e buscavam organizar-se de forma independente. Questionaram o oportunismo, a burocratização e a hierarquia desnecessária dos movimentos tradicionais.

Nesses dois momentos ocorreram as maiores mobilizações sociais recentes, em São Paulo e no Brasil, com a participação efetiva dos estudantes, o que demonstra que há novos caminhos sendo trilhados à margem das organizações que tradicionalmente os representam. Em um contexto de precarização dos direitos dos trabalhadores e dos estudantes e em meio a uma crise de representatividade das entidades históricas do movimento estu-



No final de 2015, mais de 200 escolas estaduais de São Paulo foram ocupadas por estudantes secundaristas contra o projeto de reorganização escolar – Imagem: *Laura Viana/Brasil de Fato*

dantil, novas formas de mobilização política foram criadas a partir dessas experiências.

Neste breve capítulo, fizemos um balanço crítico do movimento estudantil após o final da ditadura civil-militar que se instalou no Brasil durante os anos de 1964 a 1985. No decorrer da pesquisa bibliográfica sobre o tema, percebemos que pouco se estudou sobre o assunto no período histórico em questão. No entanto, a análise e a descrição dos movimentos que referenciam nossas práticas políticas até os dias atuais é uma tarefa necessária de nosso tempo. Vivemos um período de fragmentações dentro da esquerda e de projetos políticos derrotados pelo curso da história. Sendo assim, faz-se necessário o entendimento das trajetórias do passado para que possamos construir algo novo que represente os anseios daqueles que defendem um movimento

¹⁴³ MELLO, Daniel. Em escolas ocupadas em SP, rotina de alunos inclui limpeza e aulas abertas. *EBC-Agência Brasil*, Brasília, 21 nov. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-11/estudantes-se-esforcam-para-manter-atividades-em-escolas-ocupadas-em-sao>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

estudantil independente, forte e combativo. E ao construir novas formas políticas não devemos negar completamente as experiências do passado, mas aprender com elas e alcançar sua superação.

REFERÊNCIAS

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 66, p.117-149, out. 2003.

QUARTO, Leonardo. Movimento estudantil foi do mimeógrafo ao *flash mob*, da tortura ao passe livre. *Gazeta Online*, Vitória (ES), 10 jun. 2011. Disponível em: <<http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2011/06/noticias/especiais/875043-movimento-estudantil-foi-do-mimeografo-ao-flash-mob-da-tortura-ao-passe-livre.html>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MARTINS, Caio; CORDEIRO, Leonardo; MANDETTA, Luiza; HOTIMSKY, Marcelo. A experiência da Poligremia – autocrítica em busca de um sentido histórico no movimento secundarista. *Passa Palavra*, [s.l.], 21 jun. 2012. Disponível em: <www.passapalavra.info/2012/06/60822>. Acesso em: 25 jul. 2016.

CONEJERO, Lucas. Nova entidade completa um ano e questiona a UNE. *Carta Capital*, São Paulo, 31 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/nova-entidade-completa-um-ano-e-questiona-a-une>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

60 PRADELA, Luana Milani; INOCÊNCIO, Vânia G. Quem paga a banda, escolhe a música. In: DUARTE, Selma Martins; TOSTES, Suzane C. P. *Observatório do Mundo Contemporâneo – Movimento estudantil, quem disse que sumiu?* Paraná: Unioeste, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil - Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

2. TRINTA ANOS DE LUTA: A TRAJETÓRIA DO CASO BRASILEIRO POR “MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA”

Carlos Eduardo Malagutti Camacho

Elson Luiz Mattos Tavares da Silva

Em 2014, quando se completou meio século do golpe que instaurou a ditadura militar no Brasil, uma das principais discussões acerca das questões referentes à ditadura foi o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, a CNV. Criado em 2012, esse colegiado entregou seu relatório no final de 2014, tornando público o trabalho desenvolvido ao longo desses anos.

Em meio a toda a atenção gerada pelo trabalho da CNV, outras comissões da verdade

acabaram surgindo, fazendo com que a efeméride dos 50 anos do golpe tivesse uma peculiaridade em relação a lembranças anteriores dessa mesma data. Estimativas apontavam que, no final de 2014, estavam em pleno funcionamento mais de uma centena¹⁴⁴ de comissões da verdade em diversos segmentos: no âmbito dos poderes municipal e estadual, nas universidades, nos sindicatos e em entidades preocupadas com a questão da violação dos direitos humanos perpetrada pelos agentes do Estado durante a ditadura militar no Brasil, entre outros.

A questão fundamental desse extenso processo é que os temas da ditadura receberam um tratamento inédito: pela primeira vez, setores da sociedade civil articularam-se e aprofundaram o tema, tendo saído dos reduzidos círculos universitários e das entidades de defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, a importância do trabalho da CNV foi reconhecida, tornando-se uma referência no processo de constituição da democracia brasileira.

Foi nesse cenário que surgiu a Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), imbuída de duas tarefas centrais: investigar os cenários de violação dos direitos humanos na antiga Escola Paulista de Medicina e na Escola Paulista de Enfermagem e trazer à tona personagens e grupos que bravamente resistiram, nas mais variadas circunstâncias, ao regime militar.

Entretanto, todo o processo – que, de certa forma, resultou em uma importante mobilização pública durante o ano de 2014 – constituiu-se a partir de entraves, disputas e conflitos, que foram fundamentais para compreender a complexidade desse processo. A trajetória de criação e atuação da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg será aqui apresentada para contextualizar a compreensão de seus trabalhos e resultados, propiciando, ainda, a problematização do papel desse processo histórico e sua interpretação na consolidação democrática de nosso país.

CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE COMO MARCO HISTÓRICO NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DA COMISSÃO DA VERDADE MARCOS LINDENBERG

61

A criação da Comissão Nacional da Verdade foi resultado de um longo e conflituoso processo histórico, cujo início, seguramente, pode ter sido o próprio fim da ditadura. Setores organizados da sociedade civil colocaram como pauta a investigação dos crimes da ditadura, com vista principalmente à divulgação das violações dos direitos humanos e à punição dos agentes do Estado responsáveis por tais atos. Nesse sentido, a luta pela criação de um organismo que tivesse como objetivo responder às demandas por “memória, verdade e justiça” confundia-se com a própria luta pelo fim da ditadura.

Foi com a Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 que começou mais objetivamente a discussão sobre a necessidade de efetuar uma transição democrática que trouxesse à tona aquilo que sucedera durante o regime militar no Brasil. Inspirados principalmente na *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep), órgão especial criado em 1983 pelo presidente argentino Raúl Alfonsín para investigar e esclarecer os crimes cometidos pela ditadura argentina, grupos organizados de ex-presos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos políticos passaram a pressionar o Estado brasileiro para que fosse instituída uma comissão capaz de investigar os atos similares da ditadura militar brasileira, localizar os corpos dos desaparecidos e aplicar as penas devidas aos responsáveis pelas violações de direitos humanos.

A Conadep foi criada imediatamente após o fim da ditadura argentina como uma das primeiras ações do governo e, devido à sua impactante proposta de identificar as transgressões

¹⁴⁴ Dados do relatório final da CNV.

dos direitos humanos e de punir seus agentes, tornou-se uma espécie de matriz que acabaria por influenciar as demais lutas vinculadas ao tema na América Latina. Dessa forma, a instauração de uma comissão da verdade era algo que compunha a pauta das entidades que lutavam por “memória, verdade e justiça”. Ainda que as ações nesse sentido se tenham intensificado com a promulgação da Constituição cidadã em 1988, setores organizados da sociedade civil buscavam a recuperação dos corpos dos desaparecidos políticos já na primeira metade dos anos 1970, quando a ditadura se encontrava nos famigerados “anos de chumbo”¹⁴⁵.

Em 1973 e 1974 contabilizou-se um grande número de pessoas desaparecidas por envolvimento em ações políticas, embora não houvesse um registro oficial de mortos enquadrados nessa categoria. Isso levou os primeiros grupos de familiares dos desaparecidos políticos a se articularem para denunciar as práticas de tortura e o desaparecimento forçado que ocorriam nos centros de detenção da ditadura, como o Dops e o DOI-Codi.

O pioneirismo desses grupos de familiares foi impulsionado pelo assassinato, em 1973, de Alexandre Vanucchi Leme, estudante de Geologia da USP, fato que gerou uma onda de manifestações estudantis naquela instituição, apoiada pelos setores mais progressistas da Igreja Católica em São Paulo. Tais setores eram principalmente representados pela figura do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, que fundara a Comissão Justiça e Paz, órgão vinculado à Arquidiocese de São Paulo, cujo objetivo era proteger os perseguidos políticos da ditadura. A partir desses grupos formou-se o embrião da organização de familiares que lutaram pelo reconhecimento dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura.

Em 1979, especificamente, fixou-se o mais importante marco para esses grupos de familiares, quando – por meio de investigação e luta pessoais – Suzana Lisbôa conseguiu localizar o corpo de seu companheiro, que estava desaparecido e fora enterrado com nome falso no cemitério Dom Bosco, em Perus, na zona norte da capital paulista. Ainda que tal iniciativa não tenha forçado o governo a encontrar uma solução para o desaparecimento dos corpos, esse fato político serviu para estimular os familiares a seguir na luta e principalmente estabelecer um marco prático – qual seja o de localizar naquele cemitério as valas utilizadas para enterrar os militantes assassinados durante a luta contra a ditadura.

No decorrer da década de 1980, com a chamada abertura gradual, lenta e segura, os grupos de familiares continuaram a denunciar e a lutar pela localização dos desaparecidos políticos, fato sempre negado pelo governo, que afirmava não haver desaparecidos, mas apenas “foragidos” da justiça. Essa etapa foi entendida por alguns autores como a etapa da negação, ou seja, quando foram utilizados todos os esforços para negar que aquela verdade fosse admitida. Ainda que essa atitude não tivesse alcançado êxito no sentido de esconder para sempre tais crimes, ela foi útil do ponto de vista da repressão mais sutil, pois serviu para criar mecanismos de esquecimento para aqueles fatos¹⁴⁶.

Na década de 1980, fortaleceu-se como grupo político a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que se unificou de maneira bastante sólida a partir da promulgação da Lei nº 6.683/79, denominada Lei da Anistia. À época, esse dispositivo legal foi celebrado como uma importante vitória por trazer de volta ao Brasil centenas de exilados políticos. Esse instrumento legal, entretanto, não enfrentou o tema dos mortos e desaparecidos e de forma alguma

¹⁴⁵ “Anos de chumbo” é uma expressão utilizada recorrentemente por historiadores como Carlos Fico para descrever aqueles que seriam os anos mais repressivos da ditadura militar brasileira, sob o governo do general Médici. Cf.: FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁴⁶ SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. A memória e seus abrigos: considerações sobre os lugares de memória e seus valores de referência. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, n. 4, p. 250-278, 2011.

pontuou qualquer questão sobre as investigações dos crimes da ditadura. Com isso, os familiares, que sofreram diretamente com os horrores e as violações dos direitos humanos no regime, articularam-se para levar adiante essa pauta. Foi assim que nasceu, de forma orgânica, aquele grupo da sociedade civil, organizado por uma pauta específica: localizar os corpos dos militantes cujo desaparecimento fora provocado pelas ações repressivas da ditadura militar brasileira.

A conjuntura modificou-se apenas em setembro de 1990, quando houve uma importante vitória política na luta desses familiares: por ocasião da investigação efetuada pelo jornalista Caco Barcelos, foi localizada uma vala comum no próprio cemitério Dom Bosco, em Perus, onde, de acordo com os registros, deveriam estar enterrados ao menos seis presos políticos, em meio às 1.049 ossadas ali encontradas.

Apesar da vitória obtida e de a prefeita à época, Luiza Erundina, ter mobilizado diversos esforços para que se identificassem as ossadas, esse processo fracassou e frustrou os familiares de forma bastante significativa, pois se passaram mais de vinte anos sem que se repetissem ações similares para o reconhecimento dos desaparecidos. Na verdade, verificou-se que, decorrido esse tempo, a situação das ossadas havia piorado¹⁴⁷.

Com esse fato político, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos seguiu sua luta, focando de maneira específica os desaparecimentos que aconteceram na região do rio Araguaia, durante a chamada Guerrilha do Araguaia¹⁴⁸. Esse conflito armado foi bastante representativo da luta pela localização dos corpos dos militantes, pois mobilizou uma campanha realizada pelo próprio Exército brasileiro. A campanha em questão violou ao menos duas diretrizes acerca dos direitos humanos, pois, além de executar os militantes, também desapareceu com os corpos.

É preciso sublinhar que cerca de metade do número total de desaparecidos políticos listados relaciona-se à Guerrilha do Araguaia. Já em outubro de 1980, foram organizadas caravanas dos familiares que tentavam localizar os corpos dos desaparecidos políticos, a partir de documentos e relatos dos habitantes da região do Araguaia. A primeira caravana constatou indícios de corpos enterrados sem registro no cemitério Xambioá e localizou uma vala clandestina na região conhecida como Vietnã. Do mesmo modo, com depoimentos de moradores da região, foi aventada a possibilidade de haver ao menos seis cemitérios clandestinos ao redor de onde haviam ocorrido os conflitos.

Com o descobrimento da vala de Perus e a importância crescente dessa pauta no cenário político, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos organizou outra caravana para o Araguaia, no ano de 1991, que contava com uma equipe de legistas chefiada pelo Dr. Badan Palhares. Durante os trabalhos dessa equipe, foram encontradas duas ossadas, uma das quais de uma mulher jovem enterrada junto de um paraquedas. Posteriormente, essa ossada foi identificada como de Maria Lúcia Petit da Silva, ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que integrou a Guerrilha do Araguaia e era uma das desaparecidas políticas.

Todas essas ações e acontecimentos políticos sobre os desaparecidos criaram uma conjuntura que possibilitou o fortalecimento da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos

¹⁴⁷ O Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Unifesp (CAAF-Unifesp) assinou um convênio com a Prefeitura de São Paulo e o Ministério Público, por meio do qual se tornou o órgão responsável por cuidar dessas ossadas.

¹⁴⁸ A Guerrilha do Araguaia foi uma ação de luta armada baseada nas táticas *foquistas* e maoístas de revolução, que visava implementar a revolução socialista, a partir do foco guerrilheiro disseminado em regiões rurais com severos problemas estruturais. Essa guerrilha foi criada pelo Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, e estendeu-se desde o fim da década de 1960 até 1974, quando o Exército brasileiro, após tentativas frustradas de repressão, dizimou os militantes. Cf.: SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

Políticos, principal organismo político incumbido de tratar dessa questão no Brasil. Essa comissão, junto do Grupo Tortura Nunca Mais, outra importante entidade política que colocava em pauta a necessidade de punir os agentes que praticaram e que seguiam praticando torturas no Brasil, organizou um encontro nacional com a finalidade de elaborar um projeto de lei no qual o Estado brasileiro fosse reconhecido como responsável por essas mortes.

O objetivo teria sido reconhecer como mortos aqueles militantes considerados pelo Estado como “foragidos”, atribuindo-se a responsabilidade por essas mortes ao próprio Estado brasileiro, como perpetrador das violações dos direitos humanos. A proposta final desse encontro era a formação de uma comissão coordenada pelo Ministério da Justiça, que teria a participação da sociedade civil organizada.

Caberia a essa comissão estudar todos os casos de mortes e desaparecimentos de militantes políticos que ocorreram no Brasil entre 1964 e 1985, com especial atenção aos locais, às circunstâncias dessas mortes e à indicação dos responsáveis por elas. A proposta foi apresentada ao então Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, mas, apesar de toda a repercussão que o próprio projeto de lei havia gerado, o presidente Itamar Franco não aceitou o apresentado.

Com a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, que se exilara durante a ditadura e exercera um papel atuante no processo de redemocratização do país, a conjuntura política se alterou e organismos internacionais como o Human Rights Watch e a Anistia Internacional passaram a pressionar o novo presidente em busca de uma resposta sobre os mortos e desaparecidos.

Assim, em razão da pressão externa e da articulação interna, exercida principalmente pela comissão de familiares, em conjunto com outras organizações da sociedade civil, foi promulgada em dezembro de 1995 a Lei nº 9.140/95, que se denominou Lei dos Desaparecidos. Esse dispositivo legal foi um marco na trajetória da luta pelas investigações dos crimes da ditadura, porque o Estado brasileiro reconheceu, pela primeira vez, os desaparecidos como mortos, estabelecendo que o responsável pelas mortes teria sido o próprio Estado.

Entretanto, o próprio Estado brasileiro eximiu-se de averiguar em que circunstâncias haviam ocorrido as mortes e quais foram os culpados. Além disso, sequer tocou no assunto de punição aos perpetradores dessas violações. A questão da reparação aos familiares focou apenas a atribuição de uma compensação financeira pela morte do militante, não se verificando a disposição de promover diligências para encontrar os corpos dos desaparecidos e entregá-los aos parentes. Criou-se, assim, a absurda situação de terem sido emitidos atestados de óbito que oficializavam a morte de pessoas cujos corpos não haviam sido encontrados.

Portanto, apesar de ser vista como um importante marco político dessa questão, a Lei dos Desaparecidos ofereceu poucas respostas à luta dos familiares de desaparecidos. Esse grupo continuou, entretanto, a defender e a levar adiante a pauta pela qual batalhavam.

Como foi visto até aqui, as ações realizadas pelo governo brasileiro em busca de uma transição política para a democracia restringiram-se a poucas medidas que tivessem como principal objetivo a investigação dos crimes da ditadura ou que tampouco tivessem como foco punir os agentes do Estado que cometeram violações dos direitos humanos. O Brasil seguiu um caminho caracterizado por diversos autores como o de realizar reparações pecuniárias, conforme analisa Glenda Mezarobba em sua tese de doutoramento¹⁴⁹. Esse caminho sempre foi duramente criticado pelos organismos de defesa dos direitos humanos, porque havia o entendimento de que a reparação pecuniária não contribuiria para a transição democrática e não atenderia às exigências de relatar a verdade, identificar os crimes da ditadura e punir os

¹⁴⁹ MEZAROBBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. 2007. 470 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

agentes de Estado responsáveis pelas mortes, desaparecimentos e torturas – o que garantiria a aplicação da justiça.

Apesar de – com o decurso do tempo – a democracia brasileira ter-se fortalecido em diversos setores, a pauta relativa à memória, verdade e justiça acabou sendo negligenciada pelos agentes governamentais. Entretanto, em 2008 ocorreram mudanças no contexto histórico que alteraram a agenda estabelecida. Nesse ano, foi realizada a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que tratou pela primeira vez dos temas relativos à ditadura e à investigação e punição dos crimes cometidos durante esse período. As resoluções da conferência foram incorporadas no Programa Nacional de Direitos Humanos - 3, que enfatizou a necessidade de criar uma comissão da verdade que cumprisse os objetivos já mencionados. O PNDH-3 determinou a necessidade de:

designar grupo de trabalho composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua Comissão Nacional da Verdade, composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política no período mencionado¹⁵⁰.

Simultaneamente ao processo de aproximação da pauta com o Programa Nacional de Direitos Humanos - 3, outra referência na trajetória de criação da Comissão da Verdade foi o processo levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Desde 1982 tramitava na Justiça brasileira uma ação impetrada por familiares de ex-militantes da Guerrilha do Araguaia. Essa ação civil, de natureza declaratória, buscava condenar o Estado brasileiro a três obrigações, que eram: a localização dos corpos dos desaparecidos, o esclarecimento das circunstâncias das mortes e a obtenção do acesso à documentação das Forças Armadas sobre esse evento histórico. Em 2007, decorridos 25 anos após sua instauração, a ação finalmente se encerrou, determinando-se a condenação do Estado brasileiro nesse processo. No entanto, essa condenação não resultou em nenhuma providência por parte da União em relação ao que foi estabelecido pela Justiça.

Em 1995, o chamado Caso Araguaia foi apresentado à Corte Interamericana de Direitos Humanos, peticionado pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e pela organização internacional Human Rights Watch/Americas (HRWA), constando como copeticionários o Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2000, esse processo foi aceito pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, apenas em 2009, foi submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A ação foi nomeada Caso Gomes Lund e Outros vs Brasil, comumente conhecida como Caso Araguaia. O principal questionamento da corte foi a falta de empenho da União em encontrar os corpos dos desaparecidos políticos para que se estabelecessem as circunstâncias das mortes. A resposta do Estado brasileiro invocou a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/79) e a Lei de Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140/95) como iniciativas que buscavam dar conta da demanda colocada pelos familiares, mas não foi aceita pela corte interamericana, que, em dezembro de 2010, condenou o Brasil nesse caso. A sentença foi uma importante vitória política dos grupos militantes que reivindicavam as demandas por “memória, verdade e justiça”.

A condenação obrigava o Estado brasileiro aos deveres de:

¹⁵⁰ BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR, 2010.

conduzir eficazmente, perante a jurisdição ordinária, a investigação penal dos fatos do presente caso a fim de esclarecê-los, determinar as correspondentes responsabilidades penais e aplicar efetivamente as sanções e conseqüências que a lei preveja (...); realizar todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas e, se for o caso, identificar e entregar os restos mortais a seus familiares (...); oferecer o tratamento médico e psicológico ou psiquiátrico que as vítimas requeiram e, se for o caso, pagar o montante estabelecido (...); realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional a respeito dos fatos do presente caso (...); continuar desenvolvendo as iniciativas de busca, sistematização e publicação de toda a informação sobre a Guerrilha do Araguaia, assim como da informação relativa a violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar (...); adotar todas aquelas ações que garantam o efetivo julgamento e, se for o caso, a punição em relação aos fatos constitutivos de desaparecimento forçado (...)¹⁵¹.

Nota-se que a sentença apresentava de maneira explícita a necessidade de o Estado brasileiro apurar e punir os crimes praticados durante a ditadura. Ou seja, em 2010 o Brasil foi novamente pressionado por entidades nacionais e internacionais para que as violações dos direitos humanos fossem punidas.

Ainda que as pressões exercidas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos-3 e pela sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos pudessem ser entendidas como vitórias políticas importantes no caminho para a instauração de uma comissão da verdade no Brasil, isso não significou uma mudança na perspectiva do Estado brasileiro, que continuou a interpor diversas barreiras para cumprir as diretrizes do PNDH-3 e a decisão condenatória. Havia, entretanto, a necessidade de responder aos questionamentos daquele tribunal internacional, e talvez essa tenha sido a razão decisiva para a criação da Comissão Nacional da Verdade, cujo projeto de lei foi enviado ao Congresso pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio de 2010. O trâmite dessa matéria durou até novembro de 2011, quando a presidente Dilma Rousseff aprovou o texto final, que se transformou na Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Conforme dispôs o artigo 1º dessa lei, a finalidade da Comissão Nacional da Verdade era:

examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [da Constituição Federal de 1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional¹⁵².

Definiu-se que a comissão atuaria por dois anos, prazo que acabou sendo prorrogado até 16 de dezembro de 2014, com o intuito de investigar as graves violações dos direitos humanos que ocorreram entre os anos de 1946 e 1988. Do texto legal constava que a comissão seria composta por sete membros, cuja escolha foi motivo de intenso debate, porque não se permitiu que pessoas

¹⁵¹ COSTA RICA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil*. Sentença de 24 de novembro de 2010. (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2016.

¹⁵² BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 1º mar. 2016.

que tivessem relação com o processo histórico investigado integrassem o colegiado. Esse fato causou, portanto, certo incômodo entre os familiares das vítimas e os ex-presos políticos.

É importante destacar que o atendimento a parcial da sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos não desobrigava o Estado brasileiro do cumprimento dos demais itens, sobretudo dos que diziam respeito à identificação dos mortos na região do Araguaia e à condenação dos responsáveis. Essa questão foi objeto de acentuada disputa, pois como o expediente adotado pelo Brasil para responder à sentença fora apenas a criação da Comissão Nacional da Verdade, havia a pressão de familiares e ex-presos políticos para que esse colegiado assumisse o papel de punir os agentes do Estado que haviam praticado os crimes referidos. Contudo, o projeto que originou a Lei nº 12.528/2011 estipulava em seu texto que não haveria possibilidade de punição aos agentes investigados, o que foi alvo de incontáveis críticas por parte de setores da sociedade civil, principalmente de familiares e vítimas da ditadura. A atuação da Comissão Nacional da Verdade, concebida com esse formato, passou, então, a ser vista com desconfiança¹⁵³.

Além dos entraves interpostos pela própria lei que instaurara a Comissão Nacional da Verdade, outras questões foram interpretadas como potenciais limitadores de sua ação. Em primeiro lugar, a duração dos trabalhos da comissão estava prevista inicialmente para dois anos, tempo esse considerado muito restrito para tratar de um contexto complexo, com diferentes situações e lugares e com inúmeros casos sujeitos à investigação.

Em segundo lugar, a ampliação do tempo investigado, de 1964 – ano do golpe militar – para 1946, foi criticada por setores da sociedade civil, principalmente pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que entendeu essa ação como uma manobra do Estado brasileiro para tirar o foco sobre a questão da ditadura em si. Em terceiro lugar, no decorrer dos trabalhos, outro fator também criticado foi a prática de realizar audiências privadas, voltadas apenas para os membros da Comissão Nacional da Verdade. Entendia-se que havia necessidade de permitir a participação dos cidadãos nesses encontros justamente para tornar público o processo.

Diante do quadro de limitações impostas pela lei, iniciou-se um processo articulado destacadamente pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que buscava ampliar o potencial de atuação da Comissão Nacional da Verdade para a consolidação da democracia no Brasil. Com base nessas discussões, foi lançada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, que homenageava o deputado Rubens Paiva, assassinado pela ditadura.

O deputado Rubens Paiva fora um importante congressista que havia permanecido ao lado de João Goulart durante o golpe de Estado de 1964, tendo inclusive realizado um pronunciamento em 31 de março de 1964, no qual conclamava estudantes e sindicalistas a resistirem à tomada do poder pelos militares. Por ter assumido essa posição, Rubens Paiva teve seu mandato imediatamente cassado. O ex-deputado seguiu sua vida no Rio de Janeiro, sem atuação política. Em 1971, sua casa foi invadida por seis militares, que o levaram preso. Rubens Paiva nunca mais foi visto, tornando-se um dos desaparecidos políticos da ditadura. Em 2014, o depoimento do coronel reformado Paulo Malhões confirmou que Paiva havia sido transferido para o DOI-Codi do Rio de Janeiro, onde fora torturado e morto pelos agentes da repressão, e que seu corpo havia sido lançado ao mar. Esse histórico combativo do ex-deputado e o que sua morte representou no contexto da investigação dos crimes da ditadura fizeram com que a comissão estadual da verdade de São Paulo adotasse seu nome como forma de homenagem e como símbolo de luta.

¹⁵³ FELLET, João. Entenda como atua a comissão da verdade. *BBC Brasil*, Brasília, 10 maio 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120510_comissao_verdade_jf.shtml>. Acesso em: 1º mar. 2016.

O surgimento dessa comissão estadual foi alvo de críticas centradas principalmente na ideia de que uma ramificação poderia dificultar os trabalhos da própria Comissão Nacional da Verdade, estabelecendo, assim, diferentes discursos narrativos acerca das investigações. Além disso, não estava determinado na lei de criação da CNV que seriam formadas outras comissões para trabalhar em conjunto com a comissão nacional. Apesar dessas críticas, a comissão estadual consolidou-se no cenário político brasileiro, especialmente pela decisão de tornar públicos todos os seus processos, inclusive as audiências, servindo como base para articulação entre os trabalhos que se desenvolviam internamente e a sociedade civil. Essa característica foi decisiva, pois, a partir do lançamento da comissão estadual, tornou-se uma prática e uma peculiaridade do processo histórico brasileiro a constituição de inúmeras comissões da verdade, que primeiro se disseminaram entre os poderes estaduais e municipais, foram posteriormente propostas por segmentos sociais – como a Ordem dos Advogados do Brasil e sindicatos – e chegaram inclusive às universidades públicas e privadas do Brasil.

Nesse contexto de proliferação de vários colegiados similares, surgiu a Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, a partir de uma ação da Reitoria da Universidade Federal de São Paulo. É essencial destacar que seu surgimento está diretamente relacionado ao fato de que a atuação da Comissão Nacional da Verdade mostrou-se muito limitada, tanto no sentido de potencial investigador quanto na possibilidade de ação política. Portanto, instituir uma comissão da verdade na Unifesp significava, ao mesmo tempo, possibilitar o conhecimento do passado específico dessa instituição e forjar uma ferramenta política de pressão sobre o Estado brasileiro para que se atingissem os objetivos estabelecidos na sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e também no Programa Nacional de Direitos Humanos - 3.

A Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, da Universidade Federal de São Paulo, foi criada pela Resolução nº 88, de 12 de junho de 2013, com o intuito de “examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar, compreendendo o período entre 1º de abril de 1964, data do golpe de Estado, e 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova Constituição, envolvendo membros da comunidade universitária, incluindo docentes, alunos e funcionários, bem como pessoas prejudicadas por atos da instituição, ainda que sem vínculo formal com esta”¹⁵⁴.

O nome de Marcos Lindenberg foi escolhido como homenagem ao antigo diretor da Escola Paulista de Medicina, também nomeado responsável pela Reitoria da Universidade Federal de São Paulo (UFSP), instituição que não chegou a ser implantada, apesar dos estudos de viabilidade realizados no início da década de 1960. Lindenberg foi exonerado em 4 de abril de 1964, poucos dias após o golpe. Aposentado compulsoriamente em setembro de 1964, manteve uma relação distante com a universidade até o fim da vida.

A Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, formada por professores, estudantes e técnicos administrativos, atendeu aos princípios de paridade democrática entre os três setores da universidade, constituindo – na prática – um espaço que respeitou a democracia e a pluralidade de pensamento.

O objetivo básico de atuação estabelecido por esse colegiado foi a necessidade de respeitar os direitos humanos em todas as suas esferas. Assim como foi definido pela própria Comissão Nacional da Verdade e pelas demais comissões setoriais, buscou-se revisitar o passado para conseguir superá-lo, além de investigar e reconhecer as violações de direitos que, nas variadas dimensões, ocorreram durante esse período de terror de nossa história, com e a identificação de seus perpetradores.

A Comissão da Verdade Marcos Lindenberg atuou de maneira bastante articulada com a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, estabelecendo convênios de cooperação e realizando atividades conjuntas. Entre essas atividades, destacaram-se as reuniões de trabalho com

¹⁵⁴ Ata de fundação da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg.

a participação de diversas comissões da verdade universitárias, como as da USP, da Unesp, da UNB, da UFPR, da Uerj, da UFRJ, da UFBA, da UFPA e da Ufes. Nesse sentido, é preciso destacar que a Unifesp teve um importante papel articulador na formação de uma rede de comissões da verdade disseminadas pelo Brasil, que complementaram os trabalhos da própria Comissão Nacional da Verdade – ressalte-se que o relatório final da CNV foi também informado pelos resultados obtidos pelas comissões setoriais. Conforme demonstram Ivan Seixas e Silvana de Souza¹⁵⁵, talvez esse fato tenha sido relevante no caso brasileiro, pois, ainda que limitados e não tão completos quanto deveriam ser, todos esses esforços foram um importante passo para a investigação dos crimes da ditadura ao incorporar uma gama maior de casos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 1º mar. 2016.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR, 2010.

COSTA RICA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil*. Sentença de 24 de novembro de 2010. (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2016.

FELLET, João. Entenda como atua a comissão da verdade. *BBC Brasil*, Brasília, 10 maio 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120510_comissao_verdade_jf.shtml>. Acesso em: 1º mar. 2016.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945–1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MEZAROBBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. 2007. 470 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

¹⁵⁵ SEIXAS, Ivan; SOUZA, Silvana Aparecida de. Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*. Araraquara, v. 20, n. 39, p. 347-364, jul.-dez. 2015.

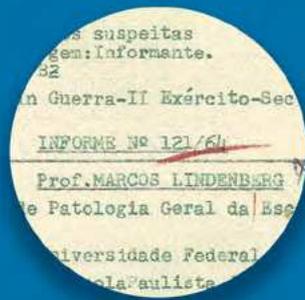
REÁTEGUI, Félix (Coord.). *Justiça de transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson de Almeida. *O que resta da ditadura?* São Paulo: Boitempo, 2010.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEIXAS, Ivan; SOUZA, Silvana Aparecida de. Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 347-364, jul.-dez. 2015.

SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. A memória e seus abrigos: considerações sobre os lugares de memória e seus valores de referência. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, n. 4, p. 250-278, 2011.



CAPÍTULO 6

SUMÁRIO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE MARCOS LINDENBERG DA UNIFESP*

*Este sumário apresenta o conteúdo que constará no relatório completo da CVML/Unifesp.

CAPÍTULO 6

Sumário do Relatório da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Unifesp*

À guisa de abertura: entre a história, a memória e a verdade

Ana Nemi

I. Alinhavando os estratos do tempo: experiência da Escola Paulista de Medicina diante da ditadura militar

1. Os anos de 1960, a medicina, o hospital e a escola

Ana Nemi

2. Os dias e as sombras

Ana Nemi

3. 1972: estudantes no olho do furacão

Daniel Rodrigues de Assis Martins

Heloísa Catani Mariani Pavoni Matias

Patrícia Helena Gomes da Silva

Sheila Marques Feitosa

4. De volta às ruas, à política e às artes

Ana Nemi

II. Biografias

(Em fase de autorização pelos biografados, por isso os nomes não estão aqui mencionados)

Autores das biografias:

Daniel Rodrigues de Assis Martins

Emerson da Silva Sousa

Frederico de Oliveira Foini

Helena Tacola Ramalho

Heloísa Catani Mariani Pavoni Matias

Mayara de Lara Teixeira de Souza

Patrícia Helena Gomes da Silva

Sheila Feitosa Marques

Vinícius Faustino Ferreira da Silva

III. Reflexões

1. Abertura do Colóquio Verdade, Memória e Justiça – 50 Anos do Golpe, promovido pela CVML/Unifesp

Paulo Arantes

*Este sumário apresenta o conteúdo que constará no relatório completo da CVML/Unifesp.

2. Encerramento Colóquio Verdade, Memória e Justiça – 50 Anos do Golpe, promovido pela CVML/Unifesp

Fábio Comparato

3. Livros e editores contra a ditadura

Flamarion Maués

4. Aqui está presente o movimento estudantil

Vinícius Faustino Ferreira da Silva

5. A voz dos fracos – personagens e narradores da “redemocratização”

Ricardo Lísias

6. A vala clandestina de Perus: entre a memória e a história

Janaína de Almeida Teles

7. Arquitetura institucional da segurança pública na ditadura civil-militar

Maria Pia Guerra

8. A importância das Madres de Plaza de Mayo para requalificar e (res) significar princípios de direitos humanos

Marina Figueiredo

9. Da Unem ao Ecem: os estudantes de medicina contra a ditadura

Evandro José Braga

10. 30 anos de luta por justiça: a trajetória do caso brasileiro por memória, verdade e justiça

Carlos Eduardo Malagutti Camacho e Elson Luiz Tavares Mattos da Silva

11: Justiça de transição e a importância de uma Comissão da Verdade

Bruno Comparato

12: Sítio de consciência: Raul Soares nunca mais

José Luiz Saavedra Baeta (Comitê Popular de Santos Memória, Verdade e Justiça)

IV. Recomendações

À guisa de fechamento: alinhavando a travessia no tempo presente

Ana Nemi

ANEXOS

Lista de atividades públicas da CVML/Unifesp

Tabela das diretorias do CAPB

Tabela das diretorias da EPM

Tabela das diretorias do HSP/SPDM

Transcrições dos depoimentos



Comissão da Verdade
Marcos Lindenberg



COMISSÃO DA VERDADE MARCOS LINDENBERG

Rua Sena Madureira, 1500 - 5º andar

Fone: 5549-7699 ou VOIP: 8571

comissaodaverdade@unifesp.br

<http://www2.unifesp.br/comissaodaverdade/>



1933